



GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Relatório e Contas 2002

Relatório e Contas 2002

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Caixa Geral de Depósitos, S.A., representada por Dr. José Lourenço Soares
Secretário	Companhia de Seguros Mundial Confiança, S.A., representada por Dr. José Filipe de Sousa Meira
Secretário	Gerbanca, S.G.P.S., S.A., representada por Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Conselho de administração	
Presidente	Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa
Vice-Presidente	Dr. Carlos Alberto de Oliveira Cruz
Vogal	Dr. Jorge Humberto Correia Tomé
Vogal	Dr. Alcides Saraiça de Aguiar
Vogal	Dr. Vítor Fernando da Veiga Castanheira
Vogal	Dr. José Joaquim Berberan Santos Ramalho
Vogal	Prof. Dr. Vasco Maria de Portugal e Castro d'Orey
Vogal	Dr. Mário Cristina de Sousa
Vogal	Dr. Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares
Fiscal Único	
Efectivo	Magalhães, Neves & Associados, S.R.O.C.
Suplente	Freire, Loureiro & Associados, S.R.O.C.

Sinopse do Desempenho Consolidado

	2002 milhares €	2001 milhares €	2000 milhares €
Do Ano			
Margem Financeira	8,383	6,276	7,232
Rendimento de Títulos	406	10,344	1,615
Receitas Líquidas Operações Financeiras	6,672	1,158	107
Comissões	21,671	20,630	9,497
Produto Bancário	37,132	38,408	18,452
Custos de Estrutura (GGA+Amortiz.Exerc.)	-17,729	-16,419	-13,744
Provisões Líquidas	-9,436	-1,671	-844
Outros Custos e Proveitos	9,554	-4,439	7,148
Resultados Antes de Impostos	19,521	15,879	11,012
Provisão para Impostos sobre Lucros	-378	-589	-1,914
Resultado Líquido	19,143	15,290	9,097
EBITDA	30,169	18,846	13,744
No final do ano			
Crédito Concedido Líquido	325,899	293,790	235,088
Provisão para Riscos Gerais de Crédito	3,512	3,347	2,578
Provisão para Outros Riscos e Encargos	4,927	2,012	3,732
Crédito e Juros Vencidos	8,962	7,279	5,749
Provisão para Crédito Vencido	9,006	7,072	4,600
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo	322,342	348,713	386,972
Acções e Outros Títulos de Rendimento Variável	935	5,556	32,334
Provisão para Menos Valias em Títulos	5,186	5,598	3,049
Depósitos de Clientes	119,285	138,123	38,102
Ativo Líquido	868,646	878,874	847,863
Capital Social	81,250	81,250	81,250
Capital Próprios (antes da apropriação de Resultados)	141,033	127,645	118,894
Rácio da Solvabilidade			
Solvabilidade	17,3%	18,7%	18,9%
Rácios de Performance			
ROE	13,6%	12,0%	7,7%
ROA	2,2%	1,7%	1,1%
Custos Estruturais/ Produto Bancário	47,7%	42,7%	74,5%

Factos Relevantes

No decorrer do ano 2002, o Caixa - Banco de Investimento (CaixaBI) acolheu alguns factos cuja relevância para o desenvolvimento da sua actividade, suscita o competente destaque.

A Assembleia Geral Anual de 4 de Abril de 2002 elegeu os órgãos sociais para o triénio 2002-2004, tendo registado uma redução de onze para nove membros no Conselho de Administração.

Prosseguindo uma estratégia de internacionalização e vincando ainda mais o seu carácter de banco de investimento, o CaixaBI aprofundou as suas relações com o Unibanco, tendo a parceria concretizado com sucesso operações de venda com significativa dimensão.

Pela amplitude da sua intervenção no mercado de papel comercial, e pela relevância alcançada em 2002, o CaixaBI tem vindo a afirmar-se como um dos principais intervenientes nesta área.

No âmbito organizacional procedeu-se à reestruturação das áreas funcionais, destacando-se a incorporação por fusão da Caixa Valores - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A., e obtendo, como vantagem de primeira ordem, sinergias que irão contribuir para a optimização dos custos de estrutura.

Outras áreas funcionais viram o seu âmbito redefinido, salientando-se, no entanto, a extinção da Direcção de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, e a criação de uma Área de Corporate Norte vocacionada para a assessoria às médias empresas do norte, bem como com o reforço da Direcção de Corporate de Ações numa perspectiva de alargar a sua intervenção junto das médias empresas do centro e sul.

Perfil do Banco

O Caixa - Banco de Investimento é a unidade de negócios do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD) dedicada à actividade de banca de investimento.

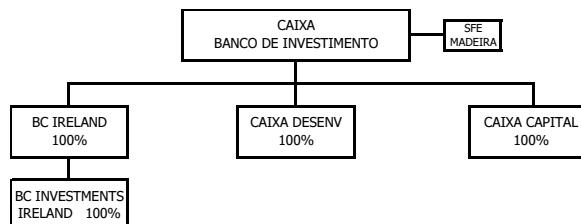
O ano de 2002 continuou a registar um estabilizado processo de consolidação das áreas de intervenção do CaixaBI, com particular ênfase no desenvolvimento de serviços e produtos, para o qual se contou com a indispensável colaboração da estrutura da CGD e, em particular, das suas vertentes comerciais.

Para este crescimento muito tem contribuído a notação de rating AA- de médio e longo prazo, que lhe foi atribuída pela Fitch- IBCA, por força da sua inserção no Grupo CGD.

Participações

Na estrutura societária, o Banco possui participações que visam espelhar adequadamente a sua segmentação do negócio, bem como potenciar a capacidade de intervenção no mercado por parte do Grupo CGD e, em simultâneo, prestar serviços de elevada qualidade e valor acrescentado aos seus Clientes, predominantemente Grandes e Médias Empresas. Do organograma de participações, extrai-se que o CaixaBI detém:

- 100% da Caixa Capital - sociedade que opera no mercado do capital de risco, gerindo 4 Fundos .
- 100% da Caixa Desenvolvimento SGPS - sociedade que, dentro do mercado de capital de risco, se encontra vocacionada para a gestão de participações com elevado potencial de valorização.
- 100% da BC Ireland - participação que dota o Banco de uma presença numa praça internacional, como é o International Financial Services Centre de Dublin.



Indicadores da Economia Portuguesa

	2001	2002
Taxas de variação (em %)		
PIB	1,8	0,5
Consumo Privado	1,0	0,4
Consumo Público	2,9	1,5
FBCF	-0,4	-4,0
Procura interna	1,1	-0,5
Exportações de Bens e Serviços	1,7	1,5
Importações de Bens e Serviços	0,1	-1,3
Produção da Indústria Transformadora	1,3	0,3
Inflação - Taxa Média	4,4	3,6
Emprego total	1,6	0,7

Rácios

Taxa de Desemprego	4,1	5,1
Balança Corrente + Balança de capital (em % do PIB)	-8,4	-6,0
Défice do SPA (em % do PIB)	4,1	2,6
Dívida Pública (em % do PIB)	55,4	59,3

Fonte: Banco de Portugal, INE, Ministério das Finanças.

O investimento (FBCF) registou uma quebra da ordem dos 4%, agravando a redução de 0,4% já registada no ano anterior, tendo esta evolução ocorrido tanto na vertente dos bens de equipamento e material de transporte, como na dos bens imóveis. A manutenção de um elevado grau de endividamento das famílias e a deterioração do mercado de trabalho terão determinado o adiamento das intenções de compra de bens imóveis residenciais.

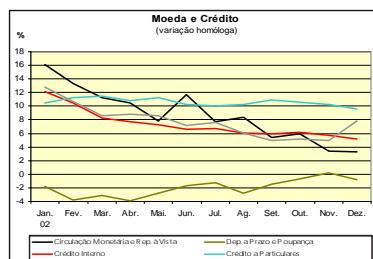
Contrastando com a evolução da procura interna, as trocas líquidas com o exterior reforçaram o seu contributo positivo para a variação real do PIB. O crescimento ainda que ligeiro das exportações em 1,5%, associado ao decréscimo em 1,3% das compras ao exterior, potenciou a significativa diminuição do impacto negativo que o défice da balança de bens e serviços exerce sobre a formação do Produto.

A inflação posicionou-se em torno dos 3,6%, contra os 4,4% observados no ano anterior, reflectindo o decréscimo da procura interna, aliado à apreciação cambial do euro e à quebra dos preços das importações.

No decurso do ano, ocorreu uma significativa redução do défice do SPA no PIB, que baixou de 4,1% em 2001 para 2,6%, em 2002. Para esta diminuição contribuiram não só o aumento das receitas fiscais, como o de algumas receitas extraordinárias resultantes da alienação e cessão de património do Estado.

Agregados Monetários

No decurso do ano, o agregado liquidez, representado pela totalidade da moeda na posse do sector residente não monetário, apresentou um incremento médio de apenas 1,9%, espelhando uma desaceleração da ordem dos 4,1 pontos percentuais relativamente à taxa de crescimento observada em 2001. Esta evolução deveu-se ao comportamento dos depósitos a prazo e de poupança, que registaram uma variação média negativa de 2%, contra um acréscimo de 4% no ano precedente.



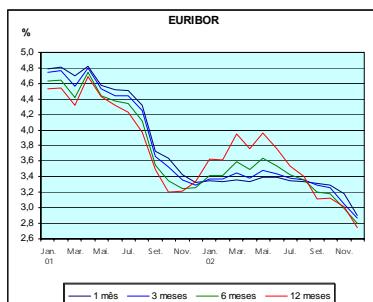
Por seu turno, a massa monetária em sentido restrito (circulação monetária e responsabilidades à vista) registou um crescimento médio de 8,6%, contra 3,7% verificados em 2001, aceleração que resultou do aumento da preferência dos agentes económicos pelos meios de pagamento mais imediatos, induzido, em grande medida, pela expectativa do aumento das tensões inflacionistas, na sequência do agravamento da taxa normal do IVA e da incorporação, na segunda metade do ano, de um prémio de risco mais elevado nas taxas de juro de curto prazo.

O crédito interno (CI) registou um abrandamento do seu ritmo de crescimento de 17,7% em 2001 para 7,3% em 2002, efeito da significativa redução do crédito a empresas e particulares (CEP), que não ultrapassou os 7,8% anuais. A desaceleração no crescimento deste crédito reflectiu a evolução negativa da procura interna e, em menor grau, do arrefecimento da procura externa.

A moderação do CEP ocorreu tanto no âmbito do crédito ao segmento empresas (excluindo o sector financeiro), como também no crédito ao segmento particulares. Assim, o primeiro cresceu a uma taxa de 7,7%, contra 18,2% verificados em 2001, enquanto o segundo desacelerou de 15,9% para 10,6%. No que diz respeito ao crédito à habitação, o crescimento médio situou-se em torno dos 13,5%, reflectindo uma desaceleração de 3 pontos percentuais.

Taxas de Juro

Ao longo do ano de 2002, as taxas de juro do mercado monetário apresentaram uma evolução bastante diferenciada, reflectindo o grau de incerteza que caracterizou o enquadramento económico internacional.



Na actividade de Structured Finance, destacam-se os seguintes factos ocorridos em 2002:

- Conclusão da segunda Tranche da operação de US QTE Lease para a **TMN - Telecomunicações Móveis Portuguesas** (US\$ 195 M, elevando o total da operação para US\$ 403 M). Esta operação inovadora, constituiu a primeira (e, até ao momento, única) operação de US QTE Lease concluída sobre activos portugueses;
- Liderança conjunta de uma operação de financiamento estruturado para a **Defloc - Locação de Equipamentos de Defesa** (€ 262 M);
- Conclusão da segunda Tranche de uma operação de LEP - Locação Estruturada Portuguesa para o **Metropolitano de Lisboa** (€ 106 M, elevando o total da operação para € 211 M);
- Obtenção de dois mandatos para a organização, em conjunto com o parceiro americano do Banco para este tipo de operações cross-border, de operações de US Cross Border Lease para dois importantes corporates nacionais;
- Obtenção de um mandato para a organização e liderança conjuntas de uma operação de titularização de créditos comerciais para uma das maiores empresas nacionais. Esta operação inovadora, a qual se espera concluir durante o primeiro trimestre de 2003, envolverá créditos comerciais originados em diferentes jurisdições e deverá constituir a primeira operação de titularização efectuada por um corporate nacional.



Na vertente do Mercado Capitais - Dívida, o CaixaBI, no seio do Grupo CGD, especializa a sua actividade nos emitentes corporate nacionais.

O mercado primário obrigacionista corporate doméstico continuou, durante o ano de 2002, a revelar-se muito pouco activo, fruto da dificuldade em conciliar os interesses dos emitentes com os objectivos dos investidores, os quais continuaram a concentrar maioritariamente as suas aplicações em mercados de maior dimensão e mais líquidos, como seja o mercado Euro. Assim, e não representando uma forma eficiente de financiamento das empresas, estas recorreram pouco a este instrumento. O montante total, em vigor, de empréstimos obrigacionistas agenciados pelo Banco ascende a € 357,9 milhões, onde se incluem as duas operações angariadas em 2002, no montante de € 37,5 milhões.

O Banco manteve assim a postura de explorar apenas as melhores oportunidades junto dos seus clientes, salientando-se a organização de emissões para a **Mota-Engil, SGPS** (€ 22,5 M; 5 anos) e para a **Salvador Caetano** (€ 15 M; 5 anos), esta última conjuntamente com uma outra instituição.



A notação de *rating* atribuída por agências internacionalmente reconhecidas constitui hoje um instrumento fundamental para permitir às empresas nacionais, designadamente às de maior dimensão, flexibilizarem as suas alternativas de financiamento e reforçarem a sua competitividade. Neste contexto, a sensibilização dos clientes para as vantagens do rating constitui outra das prioridades de actuação do Banco na vertente do Mercado de Capitais - Dívida. Durante o ano de 2002, o Banco actuou como Co-Advisor de uma importante empresa da esfera estatal no processo de obtenção de notação de rating internacional, notação essa que deverá ser oportunamente tornada pública.

Mercado corporate de Acções

Intervenção na Área de Corporate Finance

Na área de Corporate Finance, verificou-se uma desaceleração da actividade não só em Portugal como também na generalidade dos mercados desenvolvidos, fruto da já referida conjuntura internacional de maior incerteza e de um menor crescimento económico. No entanto, também aqui, o CaixaBI manteve uma posição de destaque, participando de forma activa em algumas das mais importantes operações nesta área ao longo do ano de 2002, tendo-se angariado e/ou facturado cerca de 55 mandatos. Dos projectos desenvolvidos e concluídos ao longo do ano destacam-se:

- Assessoria Financeira ao **Grupo Pão de Açúcar** no âmbito do processo de aquisição da totalidade do capital social do Sé Supermercados, pertencente ao Grupo Jerónimo Martins;
- Assessoria Financeira à **Editora Abril, S.A.** no âmbito da avaliação económico-financeira e posterior alienação da totalidade da participação detida na Abril Controljornal Editora, Lda.;
- Assessoria Financeira ao grupo **Somague** no âmbito da operação de reforço da sua participação acionista na Lusoponte, S.A.;
- Assessoria Financeira no âmbito do processo de reestruturação acionista do Grupo **A. Silva & Silva**;
- Assessoria Financeira no âmbito do aumento de capital social da **Solidal - Condutores Eléctricos, S.A.**;
- Assessoria Financeira à **Caixa Geral de Depósitos, S.A.** no âmbito da aquisição de uma participação qualificada no Crown Bank, N.A.;
- Avaliação Económico-Financeira da **Brisa Access - Prestação de Serviços Automobilistas, S.A.**;
- Avaliação Económico-Financeira da **Megamedia - Soluções Multimédia, S.A.**;
- Avaliação Económico-Financeira da **Tradecom - Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A.**;
- Assessoria Financeira ao Grupo **Sousa Lima** no âmbito do acordo de parceria estratégica estabelecido com o Grupo Salvador Caetano.
- Avaliação económico-financeira e Assessoria Financeira à **Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.** no âmbito do contrato de exploração do terminal de Sines;
- Assessoria Financeira à **Caixaweb** para a aquisição de uma participação qualificada no portal executivo.com;
- Avaliação Económico-Financeira da **Abbott Laboratórios** no âmbito do processo de fusão com a Knoll Lusitana;

De toda a actividade desenvolvida na área de Corporate Finance, é de destacar, quer pela sua dimensão quer pela conjuntura de mercado pouco favorável, a conclusão com sucesso de quatro operações em que o CaixaBI esteve envolvido como assessor:

- reorganização acionista do **Grupo A. Silva & Silva**,
- aumento de capital da **Solidal**,
- aquisição da totalidade do capital do Sé Supermercados pelo **Grupo Pão de Açúcar**, e
- alienação da totalidade da participação detida pela **Editora Abril, S.A.** na Abril Controljornal Editora, Lda.



Intervenção na Área de Mercado de Capitais

O mercado de capitais foi uma das áreas mais penalizadas pela conjuntura adversa. A desvalorização sentida na generalidade dos mercados de capitais desenvolvidos assim como o clima de menor optimismo relativamente à evolução da economia, quer a nível nacional quer a nível internacional, determinaram o adiamento de algumas operações em Portugal.

Todavia, e não obstante este contexto geral negativo, o CaixaBI participou em algumas operações, com destaque para:

- Organização e montagem da aquisição potestativa realizada pela **Caixa Empresas de Crédito, SGPS, S.A.** sobre acções representativas do capital social da Imoleasing - Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A.;
- Organização e montagem da Oferta Pública de Distribuição de acções da Abbott Laboratories Inc. reservada a trabalhadores de empresas do **Grupo Abbott**.



Project Finance

No âmbito da consultoria financeira e estruturação de operações a concessões de serviço público, a actuação do Banco foi igualmente afectada pela conjuntura económica do país e pela alteração do quadro político - ano de eleições -, com a consequente reavaliação de todos os Projectos em fase de lançamento de Concurso, ou de apreciação de propostas.

Um conjunto de concursos públicos que se admitia viessem a ser lançado durante o ano, foram adiados e repensados pelo Governo, pelo que, alguns dos retainer fees que se admitia vir a cobrar acabaram por ser adiados.

Em acréscimo, o abrandamento da conjuntura, não só em Portugal, mas a nível internacional, levou a repensar e redimensionar de alguns projectos, bem como ao adiar de investimentos projectados. Deste modo, mais uma vez foram postecipados financial closes, não obstante, se não a totalidade, pelo menos uma parte substancial do trabalho subjacente à contratação do financiamento ter sido já desenvolvido - consultoria financeira, desenvolvimento do processo de due diligence, aprovação de Conselhos de Crédito, constituição de sindicato de tomada firme, elaboração e discussão de peças contratuais, etc.

Algumas das actividades desenvolvidas no último trimestre do ano relacionaram-se não com a contratação de novas operações, mas com o repensar da estrutura de financiamento de operações já contratadas, tentando antever uma situação de arrefecimento económico prolongado e os seus reflexos nas empresas, procurando desde logo ajustar as estruturas de financiamento às expectativas, por forma a permitir uma mais sólida carteira de crédito no Grupo.

O ano foi contudo marcado positivamente pelo financial close de operações como a Lusoscut do Grande Porto, o Metro Sul do Tejo, uma central de tratamento de resíduos industriais banais, uma residência universitária, bem como pela obtenção de um conjunto de mandatos de consultoria financeira, estruturação e montagem de operação e refinanciamento de vários projectos em sectores de actividade variados - captação, tratamento e distribuição de águas em baixa, estradas, energias renováveis, tratamento de resíduos industriais e sólidos urbanos, gás natural (da importação à distribuição, passando pela armazenagem), telecomunicações, unidades termais, etc.

Com o intuito de perspectivar bases de reflexão para as decisões de intervenção do Grupo CGD, foi efectuado um levantamento de oportunidades de negócio, tendo-se privilegiado, nesta fase, os seguintes sectores de actividade:

- Captação, tratamento e distribuição de água
- Ambiente - basicamente tratamento de resíduos
- Saúde
- Energias Renováveis
- Parques de Estacionamento
- Prisões



Depósitos Estruturados
Coberturas de Taxa de Juro
Synthetic Repos com Acções
Escrow Accounts
Collars sobre a Euribor
FRAs sobre a Euribor

Corporate de Médias Empresas

A Área de Corporate Norte, para além das competências técnicas na área de Corporate, actua como front office comercial no segmento das Médias empresas na zona Norte do país.

A sua actividade consiste fundamentalmente na prestação de serviços financeiros e aconselhamento a empresas no segmento das pequenas e médias empresas, bem como na promoção e angariação de negócios para as restantes áreas de actuação do banco no segmento das médias empresas (empresas que facturam até cem milhões de euros).

Neste contexto, tem sido levado a efeito um plano de divulgação e dinamização da promoção comercial dos produtos e serviços prestados pelas diferentes áreas de actuação do CaixaBI, junto das redes comerciais do Grupo CGD, sensibilizando os responsáveis e colaboradores para a detecção de oportunidades de negócios.

Esta iniciativa resultou na adjudicação de vários trabalhos, de que destacamos:

- Sociedade Quinta do Portal, SA** (assessoria na aquisição de empresa, montagem e financiamento da operação),
- DouroGás SA** (elaboração de projectos para candidatura a concurso público para distribuição de gás natural em 5 pólos, e respectivos dossiers de candidatura aos incentivos previstos no âmbito do POE),
- Sinora, SA** (reestruturação financeira),
- Sociedade M. Teixeira, SA** (elaboração de projecto de investimento na área industrial, candidatura ao POE),
- Folkers Confecções, SA** (reorganização de grupo de empresas existentes e em constituição, elaboração de projectos em novas áreas),
- Castelinho Vinhos SA** (reestruturação de soluções de financiamento),
- Fiação e Tecidos de Barcelos, L^{da}** (reorganização da empresa a nível industrial e financeiro),
- Vila Real Social Habitação e Transportes, EM** (preparação do projecto para constituição de empresa municipal)
- AquaSerra, L^{da}** (pesquisa de parceiro estratégico e financeiro).

Investimento e Negociação de Valores Mobiliários

O ano de 2002 foi marcado pela subida drástica das volatilidades na generalidade dos mercados financeiros, num cenário de fraco dinamismo das economias mundiais, aliado a uma enorme instabilidade da situação geo-política, o que largou de forma significativa o prémio de risco exigido pelos investidores e provocou uma descida de taxas de juro para níveis quase sem precedentes na história recente.

Evolução da taxa de juro para o prazo de 5 anos ao longo de 2002 (IRS a 5 anos)



Fonte: Bloomberg

Evolução do índice europeu de acções Eurostoxx50 ao longo de 2002



Fonte: Bloomberg

A alteração brusca de perspectivas para a evolução das taxas de juro e de outras variáveis de mercado fundamentais, como é o caso do petróleo, veio dificultar a percepção por parte dos gestores das empresas do que será a evolução futura das variáveis de mercado a cobrir. Em consequência, acentuou-se a indecisão das empresas no que respeita a cobertura de riscos de mercado.

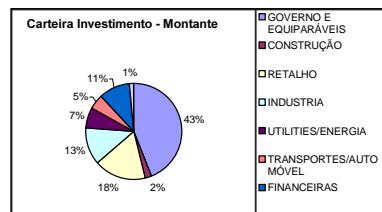
Nesta Área de negócio, a ultrapassagem de toda esta envolvente restritiva, foi levada a cabo com uma série de acções em que se destacam:

- Esforço promocional de apresentação e dinamização dos serviços de Assessoria de Gestão de Risco (AGRE) do CaixaBI dentro do Grupo CGD, como polo único de contacto com os clientes empresa e institucionais do Grupo, no que respeita a soluções de cobertura de riscos de mercado e estruturação de produtos de valor acrescentado;
- Definição de programa de incentivos quantitativos directos à rede comercial das grandes empresas pela originação de operações para a AGRE;
- Apresentações específicas à rede de Gabinetes Empresas & Soluções com o objectivo de promover as coberturas de risco da taxa de juro pelos clientes, referindo o actual contexto de taxas historicamente muito baixas e curva praticamente sem inclinação. Esta apresentação foi também feita directamente a algumas grandes empresas.
- Foi promovido o contacto directo com as empresas mais significativas, em colaboração com os respectivos gestores de conta, no sentido de apresentação da nova estrutura da AGRE do grupo CGD.
- Consolidação da margem financeira do CaixaBI através de uma gestão mais integrada das várias unidades de negócio feita na Tesouraria e de um aumento da carteira de crédito.
- Interligação sistematizada com as unidades de investimento da gestão de activos, quer no que respeita à gestão de carteiras, quer no que respeita à gestão de patrimónios.

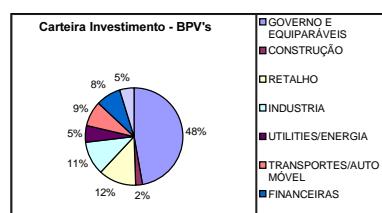
As principais operações, no âmbito da Assessoria e Gestão de Risco a Empresas e da Estruturação de produto, foram as seguintes:

Relativamente aos activos da carteira de títulos sob gestão, da sua análise ressaltam os gráficos seguintes:

Composição da carteira de investimento por sectores, ponderado por montante:



Composição da carteira de investimento por sectores, ponderado por risco de mercado (bpsv):



Corretagem

O ano 2002 ficou assinalado por alguns marcos que irão balizar a actividade de corretagem para o futuro, e que poderemos sintetizar assim:

- FUSÃO** - Em reacção ao ciclo deprimido dos mercados de capitais, o CaixaBI decidiu aproveitar as sinergias que decorreriam de um processo de incorporação da Caixa Valores - Sociedade Financeira de Corretagem, SA., entidade sua participada e que estava vocacionada para a actividade de corretagem. O processo de fusão ocorreu no último trimestre do ano.
- EURONEXT** - O ano foi marcado pela fusão por incorporação da BVLP no Euronext NV, concretizada em Fevereiro, iniciando-se deste modo o plano de integração da Bolsa de Lisboa no Euronext. Ao longo do ano, foram harmonizadas algumas regras de mercado tendo em vista a adopção do EMM, que se concretizará em meados de 2003, e que representará uma alteração radical ao modelo de mercado.
- ESN** - A ESN adoptou um formato legal, que se concretizou em Junho, através da constituição de um LLP- Limited Liability Partnership, figura de direito inglês. A ESN organizou-se, profissionalizou-se, e aperfeiçoou os modelos de produção e distribuição de research entre os partners.

Antes de decompormos a actividade de corretagem desenvolvida pelo CaixaBI, apresenta-se o quadro abaixo, que demonstra a dimensão das quedas bolsistas entre o final de 2001 e o final de 2002.

Variação dos principais índices bolsistas durante o ano de 2002

Índices	Dezembro 01 fecho	Dezembro 02 fecho	Variação em 2002 (%)
PSI 20	7.831,49	5.825	-25,62
Ibex	8.397,60	6.037	-28,11
Cac 40	4.624,58	3.064	-33,75
Dax	5.160,10	2.893	-43,94
Mibel	32.263,00	23.886	-25,96
Euro Stoxx 50	3.806,13	2.386	-37,30
Nasdaq 100	1.577,05	984,36	-37,58
Dow Jones Industrial	10.021,50	8.342	-16,76

Em termos anuais, os preços na Bolsa Portuguesa baixaram 25,62%.

Como se observa no quadro anterior, o PSI 20 foi o índice que apresentou uma menor descida em 2002, quando comparado com os índices das praças que mais se correlacionam com a Portuguesa.

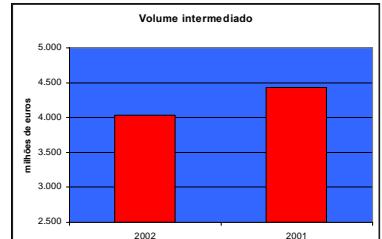
O DAX, índice alemão apresentou a pior performance do ano, seguido pelo Nasdaq.

Perante este enquadramento, a actividade de corretagem, quer em termos de montantes intermediados, quer de comissionamentos obtidos, sofreu alguma diminuição, relativamente a 2001, mas revelou, todavia, um desempenho bem melhor que o da média dos mercados.

Montantes intermediados

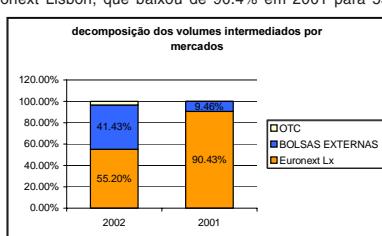
Como se observa no gráfico seguinte, o montante global intermediado em 2002 atingiu 4030 milhões de euros, que compara com 4 435 milhões de euros intermediados em 2001, traduzindo uma redução de 9,1%.

Esta redução no volume contrasta, como se disse, com o comportamento dos mercados onde actuamos, que revelaram reduções superiores a 20%.



Em termos de decomposição dos Volumes, pelo Banco intermediados, por mercados, em 2002, verificou-se um aumento substancial na intermediação de valores mobiliários negociados em Bolsas estrangeiras, cujo peso passou de 9,5% em 2001 para 41,4% em 2002.

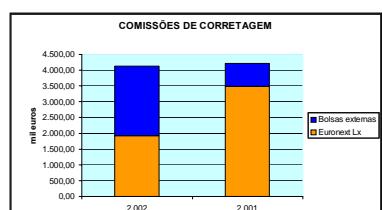
Esta deslocalização do investimento bolsista prejudicou o peso do volume intermediado no Euronext Lisbon, que baixou de 90,4% em 2001 para 55,2% em 2002.



Comissões

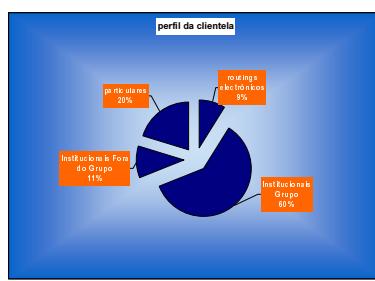
A evolução das comissões, registou uma diminuição de 1,9% (-83,7 mil euros). Este comportamento deveu-se essencialmente ao aumento das comissões obtidas nos mercados estrangeiros, que aumentaram 205%, enquanto as obtidas na bolsa nacional desceram 45%.

Face a esta evolução, o mix das comissões por mercado foi substancialmente alterado: em 2001, este tipo de proveitos obtidos dos mercados externos representaram 16% do total, enquanto que em 2002 essa percentagem subiu para 53%.



O Banco disponibiliza os serviços de corretagem full service, servindo uma gama de clientes que vai desde o cliente de retalho de pequena dimensão, ao grande cliente institucional internacional.

Este posicionamento estratégico revelou-se acertado, pois permitiu uma certa estabilidade nas receitas, num ano que foi difícil para a maioria dos operadores. O perfil da clientela, em termos de receitas obtidas, pode ser apreciado no gráfico seguinte:



Capital de risco

A actividade de capital de risco do Grupo CGD foi desenvolvida em 2002 sob a coordenação e orientação estratégica do Caixa Banco de Investimento, SA, através da intervenção da Caixa Capital, sociedade instrumental à qual está igualmente atribuída a gestão de 4 fundos de capital de risco (FRIE Comércio, FRIE Grupo CGD, FCR PEDIP e FCR PME) e da Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA, cujo o principal objectivo é investir em participações de carácter estratégico e elevado potencial de valorização.

Neste contexto, o factor operacional está fundamentalmente concentrado na Caixa Capital que desempenha, igualmente, a actividade de acompanhamento de toda a carteira de participações.

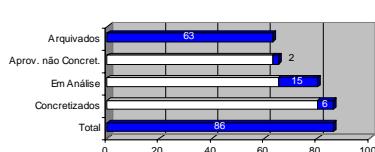
Assim, foi possível reforçar e consolidar as estratégias que vinham sendo implementadas desde o ano anterior, o que possibilitou uma maior aproximação às oportunidades de negócio decorrentes da ligação à área da Banca de Investimento tendo-se, igualmente, concretizado diversas sessões de apresentação junto da Rede Comercial de Empresas e Soluções da CGD.

Durante o exercício de 2002 foram detectadas algumas oportunidades de investimento que poderão vir a originar a constituição de fundos de capital de risco especializados em sectores de actividade em que se perspectiva um potencial de crescimento significativo.

Foram igualmente recepcionados 66 novos projectos ou oportunidades de investimento a que haverá que adicionar 20 projectos que tinham dado entrada no ano anterior (16 em análise e 4 aprovados e não concretizados), pelo que o número total de projectos ascendeu a 86. Ao longo do ano procurou-se diminuir o tempo médio de permanência de cada projecto, esforço esse que permitiu chegar ao fim do ano com 15 projectos ainda em análise.

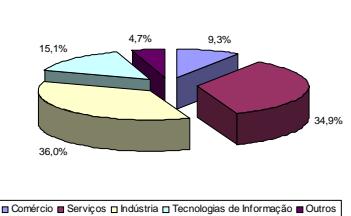
Dos 86 projectos analisados durante o ano, 63 foram arquivados ou recusados. As razões destas recusas foram: falta de credibilidade do projecto/promotores; projectos contendo desequilíbrios (muito risco, falta de gestão, fraco commitment dos promotores, falhas comerciais ou de execução, etc.); projectos que carecem de outro tipo de intervenções que não de capital de risco; e desistência dos promotores. Durante o ano foram aprovados 8 novos investimentos, dos quais 6 foram concretizados.

Situação dos Projectos Analisados em 2002



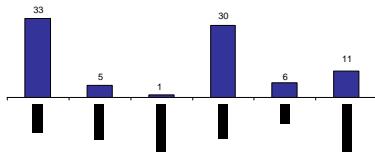
Por sector de actividade verifica-se que as empresas industriais e de serviços foram responsáveis por cerca de 70% dos projectos apresentados. Ao nível deste indicador verificam-se algumas alterações face ao ano anterior, sendo de realçar a redução significativa dos projectos enquadrados no sector das tecnologias de informação (o seu peso diminuiu cerca de 11 pontos percentuais passando de 26,3% para 15,1%) e o crescimento do sector dos serviços que passou a representar 34,9% dos projectos analisados (17,3% em 2001). Quanto aos projectos aprovados (8), continua a verificar-se um equilíbrio entre o sector da indústria (3) e os dos serviços (3).

Distribuição Sectorial



Já no que diz respeito ao tipo de projecto, verificamos que os start-ups bem como os investimentos de expansão foram os mais representativos. Durante o ano foram ainda analisados 11 projectos enquadráveis em processos de reestruturação económico-financeira que foram arquivados. É ainda de realçar o número de projectos referentes a operações de MBO/MBI (6) que no ano anterior tinham uma importância muito reduzida.

Distribuição por Tipo de Operação



De entre os 8 projectos aprovados, 4 correspondem a start-ups e 3 a processos de expansão, os quais constituem claramente o tipo de operação privilegiada para a concretização de novos investimentos, como se pode comprovar pelos montantes envolvidos nestes projectos - start-ups € 1,74 milhões, projectos de expansão € 26,27 milhões.

Das oportunidades analisadas em 2002, apesar de muitas (24) não quantificarem os montantes totais de investimento e consequentemente o eventual esforço a efectuar pela Caixa Capital, as que o fizeram (62) representavam intenções de investimento de € 375,2 milhões, sendo solicitado envolvimento financeiro de € 189,6 milhões à área de capital de risco do Grupo CGD.

O conjunto de carteiras das participadas (da Caixa Capital, dos quatro fundos geridos pela sociedade e da Caixa Desenvolvimento), constituía, no final de 2002, um universo de 54 empresas, nas quais estão investidos cerca de € 97 milhões.

Nesta área, a actividade pautou-se ainda pela assunção de uma postura intervventora, adequada às características específicas de cada uma das participadas, na procura da materialização de uma parceria efectiva no seu funcionamento e evolução.

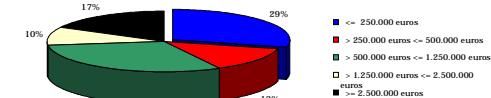
A presença nos órgãos sociais de sociedades participadas, preferencialmente em funções não executivas, tem vindo a ser uma das componentes fundamentais da estratégia de acompanhamento. No final de 2002 era a seguinte a situação:

ação, no que respeita à representação em órgãos sociais de participadas:

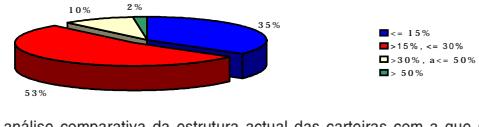
Órgãos Sociais	Conselhos de Administração	Conselhos Gerais	Assembleia Geral	Conselhos Fiscais	Outros
N.º Repres.	29	4	7	3	6

A análise da estrutura global das carteiras geridas, quanto à percentagem de participação no Capital Social das participadas e quanto ao investimento por participação, poder-se-á representar graficamente como se segue:

Distribuição por percentagem de participação no Capital Social



Distribuição por montante investido por participação



Numa análise comparativa da estrutura actual das carteiras com a que se verifica no final do exercício de 2001, será de referir que, no que concerne à distribuição em função da participação no capital, se constata um crescimento significativo no segmento entre 15% e 30% do capital social, o qual passou a representar 53% do universo em análise, contra 42% no final de 2001.

Por outro lado, a distribuição em função do montante investido apresenta um crescimento de 14% para 17% relativamente aos investimentos superiores a € 2,5 milhões, verificando-se uma diminuição do peso dos investimentos inferiores a € 250.000, os quais registam uma redução de 35% para 29%.

Deste modo, apesar do enquadramento macro-económico adverso que se registou durante o ano de 2002, a área de capital de risco cumpriu os objectivos orçamentais, tendo o volume de investimentos atingido cerca de € 41 milhões (repartido em 8 novas participadas e no reforço de outras 10), procedendo-se,

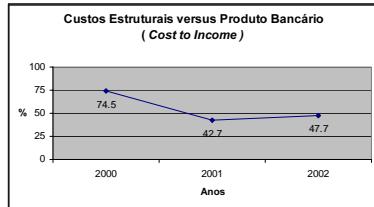
Custos de estrutura

O CaixaBI tem mantido um controlo sobre os seus custos de estrutura, redimensionando-os de acordo com a sua estrutura de negócio e as sinergias que têm vindo a ser provocadas, como foi a recente incorporação por fusão da corretora do Grupo CGD.

A forma mais adequada de medir e controlar os custos que a estrutura acarreta, e assim avaliar da necessidade de eventuais correções estratégicas, resulta do estabelecimento de um benchmarking para o rácio Cost to Income e que resulta da comparação dos Custos Estruturais com o Produto Bancário (PB), nos principais players deste segmento do mercado financeiro.

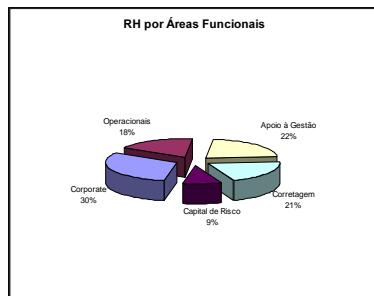
O Conselho de Administração estabeleceu então um objectivo de 50% para o referido indicador.

No Quadro abaixo visualiza-se a evolução deste rácio entre 2000 e 2002, ao passar de 74,5% para 47,7%, embora sofrendo uma deterioração, face aos 42,8% registados em 2001, e cuja justificação se encontra num abaixamento do PB condicionado pela envolvente conjuntural, mas sem contudo, ultrapassar o limite acima indicado.

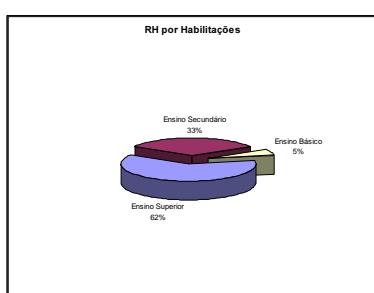


Recursos Humanos

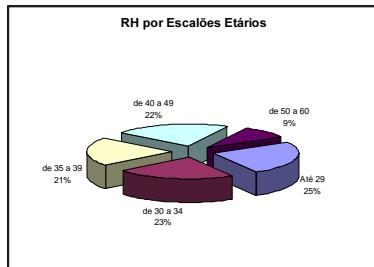
A actividade de banca de investimento passou a contar com 168 colaboradores. Por Áreas funcionais, e após a incorporação por fusão da corretora, a distribuição ficou como segue:



A política de recrutamento seguida visa apostar na qualidade dos recursos humanos. Com efeito, em termos de habilitações académicas, 62% dos colaboradores tem formação superior.



Por escalões etários, o Banco usufrui de uma população jovem, em que cerca de metade se situa abaixo dos 35 anos.



Perspectivas para 2003

O ano de 2003 deverá ser caracterizado pela manutenção de um cenário macroeconómico pouco positivo, principalmente no decorrer do 1º semestre. Para o 2º semestre esperamos uma aceleração da actividade económica, fruto de um maior optimismo dos agentes económicos e de uma eventual redução dos factores de risco que pairam sobre a economia mundial.

Independentemente da ocorrência deste cenário, o CaixaBI continuará a privilegiar o aprofundamento da estratégia de diferenciação assente na capacidade de desenvolver e implementar soluções inovadoras e de elevado valor acrescido que respondam de forma eficaz e eficiente à crescente complexidade das necessidades dos clientes.

Também o posicionamento internacional aconselha a focagem no mercado espanhol, identificado como outro mercado relevante de expansão da actividade das empresas portuguesas, pelo que continuaremos a desenvolver esforços na angariação de mandatos que, esperamos, poderão vir a concretizar-se já em 2003.

Em termos de Corporate de Dívida, para além dos mandatos que transitam de 2002 (aos quais se junta um mandato obtido já em 2003 para a organização de uma operação de US Cross Border Lease para uma importante empresa nacional), esta área tem neste momento em exploração várias outras oportunidades, algumas com elevado potencial de se virem a converter em mandato a curto prazo.

Na Assessoria Financeira, perspectiva-se um incremento da actividade, particularmente na segunda metade do ano.

Na área de Mercado de Capitais, atendendo à prossecução da política de privatizações, esperamos consolidar a posição de liderança no mercado nacional, encontrando-se o CaixaBI bem posicionado para ter uma intervenção importante em várias das operações de privatização previstas. No início de 2003, o Banco angariou o mandato de Assessoria Financeira na organização e montagem da Oferta Pública de Venda de acções da Gescartão, SGPS, S.A..

Relativamente ao Corporate de Médias Empresas, o fluxo de dossiers apresentados ao Banco aumentou no último trimestre de 2002, essencialmente na vertente da pesquisa de parceiros, alienação de empresas ou activos, e reestruturação financeira, indicando uma tendência que nos permite encarar com optimismo o ano de 2003.

No âmbito do Project Finance, o final de ano foi já marcado pelo lançamento de algumas concessões de nível municipal, de pequena / média dimensão, que são um indício, de que, pelo menos do ponto de vista autárquico, os mandatos estarão, em 2003, em velocidade de cruzeiro.

Também na área de Corretagem, o Banco vai continuar a desenvolver um processo de sinergias que permita ultrapassar a persistente depressão a que os mercados se têm sujeitado nos últimos anos.

Para o Capital de Risco, objectiva-se a continuação da prospecção de boas oportunidades de negócio, com vista à utilização dos fundos disponíveis, o que

poderá significar um aumento do envolvimento global (incluindo os Fundos geridos pela Sociedade), na ordem dos € 40 milhões. O acompanhamento, continuará a ser feito numa perspectiva de detecção antecipada de indícios de potencial deterioração da situação económico-financeira de participadas, e da equação, nos casos em que tal se revele exequível, de acções tendentes a inverter essas situações, continuando, por outro lado, a privilegiar-se as hipóteses de saída de participadas de modo vantajoso para o Grupo, procurando-se desta forma melhorar a rotação da carteira.

O CaixaBI continua pois, a posicionar-se estratégicamente como parceiro de negócio da base de Clientes do Grupo CGD, empenhando-se com a sua capacidade, como banco de investimento, em corresponder com uma dinâmica de produtos e serviços, às necessidades dos Clientes.

Agradecimentos

Em 2002, os resultados do CaixaBI, continuaram a afirmar-se pela positiva, não obstante os efeitos nefastos da conjuntura, na globalidade dos agentes de mercado, reconhecendo o Conselho de Administração que tal se ficou a dever, em grande medida, à confiança manifestada pelos Clientes do Banco. A elas queremos expressar o nosso agradecimento.

O CaixaBI não pode deixar de agradecer às Autoridades Monetárias, aos Membros da Assembleia Geral, ao Fiscal Único e aos Auditores a colaboração prestada.

Reserva-se uma significativa palavra de reconhecimento aos colaboradores do CaixaBI, aos Accionistas e às demais empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, cuja dedicação, apoio e confiança foram indispensáveis ao bom desempenho conseguido.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, considerando a absorção da sociedade Caixa Valores - Sociedade Financeira de Corretagem, e o inerente redimensionamento dos capitais próprios do Caixa - Banco de Investimento, no exercício da sua

competência, e ouvido o Fiscal Único, propõe à Assembleia Geral, a seguinte aplicação de resultados do exercício de 2002, no valor global de € 11.387.718:

> para Reserva Legal (10% do Resultado do Exercício) € 1.138.772
> para Resultados Transitados € 10.248.946

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração

Presidente	- António José Fernandes de Sousa
Vice-Presidente	- Carlos Alberto de Oliveira Cruz
Vogais	- Jorge Humberto Correia Tomé - Alcides Saraiva de Aguiar - Vitor Fernando da Veiga Castanheira - José Joaquim Berberan Santos Ramalho - Vasco Maria de Portugal e Castro d'Orey - Mário Cristina de Sousa - Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas

• Gerbanca SGPS, S.A.	68.348.445 acções 89,24% de direitos de voto
• Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	7.894.085 acções 10,31% de direitos de voto

Demonstrações Financeiras

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

ACTIVO	2002		2001		2002	2001
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO		
1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.170.286		5.170.286	294.123	1. Débitos para com instituições de crédito	510.525.960
2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito...	9.227.891		9.227.891	7.027.192	a) Á vista	159.799
3. Outros créditos sobre instituições de crédito	70.234.396		70.234.396	55.229.015	a) A prazo ou com pré-aviso	510.366.161
4. Créditos sobre clientes	334.905.565	9.006.150	325.899.415	293.789.970	b) Débitos para com clientes	119.284.669
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	327.073.329	4.731.577	322.341.752	348.713.385	a) Depósitos de poupança	119.284.669
6. a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De emissores públicos	88.289.581	0	88.289.581	91.222.512	b) Outros débitos	138.123.443
7. b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - De outros emissores	238.783.748	4.731.577	234.052.172	257.490.873	ba)- Á vista.....	60.843.800
8. bb)- A prazo.....					ba)- A prazo.....	58.440.869
9. Dos quais : (- Obrigações próprias)					4. Outros passivos.....	4.725.093
10. a) Acções e outros títulos de rendimento variável	1.389.615	454.955	934.660	5.556.162	a) Obrigações em circulação	46.977.533
11. b) Partes de Capital em empresas associadas	278.577		278.577		b) Outros	58.212.507
12. 6. Diferenças de reavaliação equiv.patrimonial.....	1.631.185	1.631.185			4. Diferenças de consolidação.....	1.735.078
13. 7. Contas de regularização	57.077.695	8.584.254	48.492.841	66.013.801	8. Provisões para riscos e encargos	8.439.638
14. 8. Outras participações financeiras	6.003.341	5.613.037	390.305	402.683	a) Provisões para pensões e encargos similares	5.359.150
15. 9. Imobilizações incorpóreas	20.359.198	8.019.727	12.339.471	12.909.941	b) Outras provisões.....	8.439.638
16. (Dos quais: Imóveis).....	(13.407.579)	(2.316.438)	(11.091.142)	(11.276.926)	9. Fundo para riscos bancários gerais.....	5.359.150
17. 10. Diferenças de reavaliação-equipatrimonial.....					10. Passivos subordinados	
18. 11. Contas de regularização					11. Capital subscrito	81.250.000
19. 12. Prémios de emissão					12. Prémios de emissão	
TOTAIS	908.095.695	39.449.416	868.646.279	878.874.028	13. Reservas	31.493.824
					14. Reservas de reavaliação	4.338.403
					15. Resultados transitados	23.950.641
					16. Interesses minoritários	1.535.209
					17. IL lucro Consolidado do exercício	19.143.960
					TOTAIS	868.646.279
						868.874.028

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	2002	2001
1. Passivos eventuais	135.887.606	122.726.062
Dos quais:		
Garantias e avales prestados	85.402.675	72.221.505
Cauções e activos dados em garantia	50.484.931	50.504.557
2. Compromissos	173.395.006	140.108.492
Dos quais:		
Resultantes de operações de venda com opção de compra		
TOTAIS	309.282.612	262.834.554

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Euro)

DEBITO	2002		CREDITO		2002	2001
2002	2001	2002	2001			

<tbl_r cells="5" ix

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS
POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

(montantes expressos em Euros, excepto quando indicado)

	2002		2001	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
1. Margem financeira	6.647.697	8.363.333	4.980.133	6.276.269
2. Provisão para riscos de crédito	2.374.739	2.305.268	2.108.963	1.895.423
3. Recuperações de crédito	0	0	0	8.057
4. Margem de intermediação (1 + 2 + 3)	4.272.958	6.076.064	2.871.170	4.388.904
5. Comissões líquidas	19.292.876	21.671.118	15.590.386	20.629.575
6. Outros resultados de exploração	1.110.892	1.479.252	967.784	1.239.378
7. Margem de serviços (5 + 6)	20.403.769	23.150.370	16.558.170	21.868.953
8. Prendimento de títulos	1.180.998	406.051	3.033.883	10.344.384
9. Resultados consolidados pelo método de equivalência patrimonial	(93.575)			
10. Resultados em operações financeiras	(280.526)	6.671.853	1.268.994	1.157.733
11. Provisão para depreciação de títulos	(412.728)	(307.699)	2.685.953	2.543.272
12. Margem da função investimento (8 + 9 + 10 + 11)	1.313.200	7.292.030	1.616.924	8.958.844
13. Amortização do goodwill				
14. Outros custos	295.709	301.070	258.971	273.023
15. Resultado antes dos custos de transformação (4 + 7 + 12 - 13 - 14)	25.694.219	36.219.394	20.787.293	34.943.679
16. Custos com pessoal	8.692.295	9.424.069	5.567.663	8.424.221
17. Outros custos administrativos	6.603.489	7.273.354	4.997.057	6.697.866
18. Amortização	1.119.454	1.212.720	894.592	1.296.458
19. Custos de transformação (16 + 17 + 18)	16.415.238	17.728.143	11.459.312	16.418.545
20. Resultado operacional (15 - 19)	9.278.980	18.491.251	9.327.981	18.525.134
21. Outras provisões	5.813.666	7.437.954	(3.323.959)	(2.767.523)
22. Resultados na aferição de participações financeiras	6.048.842	8.580.596	0	374.004
23. Outros resultados extraordinários	(96.536)	(111.507)	(5.962.436)	(5.699.175)
24. Resultado antes de impostos e interesses minoritários (20 - 21 + 22 + 23)	11.417.618	19.522.387	6.598.483	15.967.485
25. Impostos	29.900	378.427	24.000	589.403
26. Interesses minoritários				88.316
27. Resultado líquido (24 - 25 - 26)	11.387.718	19.143.960	6.574.483	15.289.766
28. Resultado por ação	0,14	0,24	0,08	0,19
29. Produto Bancário (4 + 7 + 12 + 2 + 11)	27.951.938	38.518.033	25.841.180	39.655.395

O Anexo e o Anexo I fazem parte integrante destas demonstrações

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

(montantes expressos em Euros)

	2002		2001	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais				
Juros e comissões recebidas				
Juros e comissões pagas	49.820.103	52.806.424	51.551.955	59.109.222
Rendimento de títulos	(24.558.630)	(24.857.144)	(32.378.235)	(34.503.781)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	1.848.192	8.800.570	(6.961.580)	(7.338.770)
Pagamento de impostos sobre lucros	(15.831.751)	(16.888.854)	(10.360.840)	(14.872.869)
Pagamento de dividendos	(4.558)	480.717	(24.000)	257.059
Outros resultados	(1.209.879)	(858.708)	3.116.124	3.640.112
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	9.963.659	19.483.004	4.943.432	6.291.012
(Aumento) Diminuição de ativos operacionais				
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(32.374.159)	(49.419.710)	(87.061.268)	(51.657.257)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	18.935.002	26.588.142	41.896.402	42.193.063
Acções e outros títulos de rendimento variável	4.714.011	4.712.695	27.545.315	27.543.858
Outros ativos e contas de regularização	42.327.514	17.557.165	(46.810.150)	(35.340.936)
Debitos para clientes	(25.905.422)	(18.838.774)	103.408.207	100.021.364
Debitos para instituições de crédito	22.596.753	22.596.753	(32.837.511)	(32.837.511)
Debitos representados por títulos	(11.234.974)	(11.234.974)	(13.626.411)	(13.626.411)
Outros passivos e contas de regularização	(19.837.143)	(19.822.497)	(247.630)	(5.481.912)
(34.380.786)	(27.299.491)	56.696.654	18.147.656	
Caixa líquida das actividades operacionais	9.185.242	(8.378.172)	3.010.382	7.177.497
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento				
Aquisições de imobilizações	(627.025)	(628.705)	(62.362)	(620.469)
Aquisição de participações e empresas coligadas	(13.016.030)	(40.796.712)	(15.029.612)	(30.347.495)
Venda de participações e empresas coligadas	8.806.846	58.474.359	0	216.673
Caixa líquida das actividades de investimento	(4.836.209)	15.048.982	(15.091.973)	(30.751.290)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento				
Rendimento de participações	1.180.098	406.051	2.767.678	10.073.376
Caixa líquida das actividades de financiamento	1.180.098	406.051	2.767.678	10.073.376
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	5.530.031	7.076.862	(9.313.713)	(13.495.415)
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	3.321.907	7.321.315	12.635.619	20.816.730
Impacto da fusão com a Caixa Valores	5.517.126			
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.369.064	14.398.177	3.321.907	7.321.315

O Anexo e o Anexo I fazem parte integrante destas demonstrações

**INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
ACTIVIDADE CONSOLIDADA**
(Montantes expressos em Euros)

Natureza e Espécie de Títulos	Quantidades Físicas	Valor Nominal (em euros)	Valor de Balanço
A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO			
Títulos de rendimento fixo			
De dívida pública portuguesa			
- Obrigações do Tesouro			
Obrigações - OTABR9803E	83	0,01	1
Obrigações - OTSET9813E	100	0,01	1
Subtotal			2
De outros residentes			
- Outras Obrigações			
Obrigações - JER MARTINS 97/04	1.646.033	0,02	20.009
Subtotal			20.009
De outros não residentes			
- Outras Obrigações			
Obrigações - L VUIT MOET HENNESSY 01/08	12.000	1.000,00	13.123.003
Obrigações - D TELEKOM 02/07	10.000	1.000,00	11.275.890
Obrigações - BRITISH TELECOM, PLC	10.000	1.000,00	11.253.904
Obrigações - GENERAL MOTORS 02/07	10.000	1.000,00	10.543.000
Obrigações - TEL. ITALIA 02/07	5.000	1.000,00	5.496.363
Obrigações - ANGLIAN WATER 07/09	5.000	1.000,00	5.281.361
Obrigações - DAIMLERCHRYSLER 02/05	50	100.000,00	5.004.285
Obrigações - INTL ENDESA 02/06	3.000	1.000,00	3.245.716
Subtotal			65.223.568
Valores de rendimento variável			
Emitidos por residentes			
- Acções			
PTELECOM	60.000	1,00	393.000
EDP	100.000	1,00	159.000
VODAFONE	10.000	0,50	74.000
PT MULTIMÉDIA, SGPS - Em 2001 - A	5.000	0,50	50.100
PORTECUL	25.000	1,00	29.000
Subtotal			705.100
TOTAL			65.948.679
B. TÍTULOS - INVESTIMENTO			
De rendimento fixo de emissores públicos			
De dívida pública portuguesa			
- A médio e longo prazo			
OTRV 9704E	6.548.992.000	0,01	65.420.791
OTRV9603VE	2.286.878.800	0,01	22.868.787
OTABR9803E	133	0,01	1
Subtotal			88.289.579

Nature

Operações cambiais à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido de:

- Activos e passivos nessa moeda, incluindo imobilizações;
- Operações à vista a aguardar liquidação;
- Operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco Central Europeu, dando origem à movimentação da rubrica da posição cambial (moeda nacional) por contrapartida das respectivas rubricas de custos ou de proveitos.

Operações cambiais a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado para os prazos residuais das operações, com excepção do disposto no parágrafo seguinte. Na ausência de taxas de mercado, estas são determinadas com base no diferencial das taxas de juro das respectivas moedas, para o prazo residual de cada operação.

Nos casos de operações cambiais a prazo utilizadas para cobertura de activos ou passivos devidamente identificados, o seu tratamento contabilístico é idêntico ao das operações de permuta de divisas ("Swaps de moeda").

As diferenças entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação aplicadas e os contravalores em Euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

Operações de permuta de divisas ("Swaps de moeda")

As operações de permuta de divisas ("Swaps de moeda") e outras operações de fixação de câmbio não são reavaliadas, sendo o respectivo prémio/desconto amortizado ao longo do período da operação.

Operações de permuta de divisas e de taxas de juro ("Cross-currency Swaps")

As operações de permuta de divisas e de taxas de juro ("Cross-currency Swaps") de negociação são reavaliadas diariamente através da actualização de todos os fluxos de caixa futuros, utilizando-se para o efeito as taxas de câmbio de mercado para os prazos residuais desses fluxos. O resultado dessa reavaliação é registado numa conta de regularização, por contrapartida de custos ou proveitos.

As operações de permuta de divisas e de taxas de juro utilizadas para cobertura de activos ou passivos devidamente identificados não são reavaliadas. Os custos e proveitos resultantes da valorização ao câmbio médio indicativo do Banco Central Europeu do segmento a prazo, e dos juros a pagar e a receber, são imputados às rubricas de custos e proveitos associadas aos elementos cobertos.

Operações de permuta de taxas de juro ("IRS")

As operações de permuta de taxas de juro são reavaliadas diariamente. Esta reavaliação é efectuada com base no valor actual dos juros futuros a pagar e a receber, calculado com base em taxas de mercado, sendo o ganho ou perda resultante reconhecido directamente em resultados, por contrapartida de uma conta de regularização.

As operações utilizadas para cobertura de activos ou passivos devidamente identificados não são reavaliadas, sendo periodificados os juros a receber e a pagar relativos ao período corrente.

Opções - mercado de balcão

As opções são registadas em contas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor contratado. Os prémios das opções vendidas e compradas são registados em contas de regularização na data do seu recebimento e pagamento, respectivamente. As opções são reavaliadas diariamente com base na cotação e volatilidade dos activos subjacentes, sendo o resultado dessa reavaliação registado em contas de regularização, por contrapartida de custos ou proveitos.

Nos instrumentos financeiros com opções incorporadas, nomeadamente depósitos ou obrigações emitidas, a componente constituída pela opção é objecto de relevação contabilística autónoma do instrumento financeiro primário a que está associada, sendo registada de forma similar às restantes opções.

Operações de futuros

Os contratos de futuros são registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal e são reavaliados diariamente com base na cotação de mercado, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos em proveitos ou custos, respectivamente.

c) Provisões para riscos de crédito

Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a cobrir os riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisórias das dívidas e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respetivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias. Em 31 de Dezembro de 2002, esta provisão encontrava-se acima dos níveis mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o Aviso nº 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vincendas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco, tais como garantias e avales prestados. O montante a provisionar é calculado por aplicação de uma percentagem de 1% sobre o crédito concedido não vencido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. No que se refere ao crédito ao consumo, é aplicada uma percentagem de 1,5%.

A determinação desta provisão cumpre o disposto no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal.

Provisão para outros riscos e encargos

Esta provisão destina-se a fazer face a impostos diferidos passivos e a contingências específicas (fiscais e outras) resultantes da actividade do Banco e das suas subsidiárias, não sendo fiscalmente aceite como custo.

d) Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção aquando da sua aquisição, a carteira de títulos é valorizada da seguinte forma:

i) Títulos de negociação

Os títulos de rendimento fixo são registados pelo seu valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação de mercado, incluindo os juros corridos, sendo o ganho ou perda resultante reconhecido directamente em resultados.

Os títulos de rendimento variável são igualmente valorizados à cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de reavaliação referentes a ações que integrem os índices PSI 30 ou PSI 20 ou que, sendo negociadas em outras bolsas de valores, apresentem liquidez adequada, são reflectidas directamente em resultados. As ações detidas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 estão incluídas nos referidos índices.

ii) Títulos de investimento

Os títulos de rendimento fixo são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa, entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado no momento da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento.

Os títulos emitidos a desconto, são registados pelo valor de reembolso (valor nominal), sendo o diferencial para o valor de aquisição registado na rubrica "Receitas com proveito diferido", do Passivo. Diariamente, os juros corridos são registados em resultados.

As ações e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

As menos-valias potenciais resultantes de diferenças apuradas entre o valor contabilístico dos títulos e o correspondente valor de cotação, são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

iii) Acções próprias

As ações próprias detidas pelo Banco são registadas ao custo de aquisição no activo, conforme o disposto pelo Banco de Portugal.

e) Outras participações financeiras

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, e encontram-se registadas ao custo de aquisição. Adicionalmente, inclui as participações financeiras em empresas que sejam adquiridas e detidas exclusivamente com a finalidade de venda num futuro próximo, bem como as participações exclusivamente detidas pela Caixa Capital no âmbito da actividade de capital de risco, independentemente da percentagem de participação efectiva do Banco no respectivo capital.

No exercício de 2002, através do seu Aviso nº 4/2002, de 25 de Junho, o Banco de Portugal introduziu novos requisitos na metodologia de cálculo e constituição de provisões para participações financeiras, estabelecendo que as menos-valias latentes devem ser determinadas da seguinte forma:

- para participações em empresas com ações cotadas em mercado organizado, correspondem à diferença entre o valor de inscrição no balanço e o respectivo valor de mercado, determinado com base na média de cotações diárias dos últimos seis meses completos;
- no caso de participações em empresas sem ações cotadas, o valor presumível de transacção utilizado como base para a determinação das menos-valias latentes corresponde ao produto da parte correspondente à situação líquida da entidade participada pelo factor 1,5.

Ao abrigo do Aviso acima referido, devem ser constituídas provisões nos casos em que a menos valia latente numa participação excede os 15% do valor de balanço, sendo a provisão correspondente, pelo menos, a 40% desse excesso.

Para as participações já detidas em 31 de Dezembro de 2001, o Aviso nº 4/2002 estabelece um regime transitório. Ao abrigo deste regime, o provisionamento das menos-valias calculadas para estas participações à data de entrada em vigor do Aviso pode ser diferido ao longo de períodos de dez anos (para participações financeiras em empresas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal) ou cinco anos (para as restantes participações financeiras), podendo as provisões constituídas em 2002 e 2003 ao abrigo deste regime ser registadas por contrapartida de reservas.

No exercício de 2002, o Banco constituiu nas suas demonstrações financeiras consolidadas provisões para menos-valias em participações financeiras ao abrigo do Aviso nº 4/2002 no montante de € 5.441.740 (Nota 50), das quais € 274.160 por contrapartida de reservas (Nota 57), dado tratar-se de participações enquadráveis no regime transitório acima referido.

f) Imobilizações

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais não diferem da vida útil estimada dos activos, que são:

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Equipamento:	
Mobilário e material	4 - 10
Material de transporte	4
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 10

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. Uma percentagem equivalente a 40% do aumento das amortizações resultante da reavaliação não é aceite como custo para efeitos fiscais.

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a despesas de estabelecimento e com sistemas de tratamento automático de dados, sendo amortizadas linearmente em três anos.

g) Impostos

O Banco e as suas subsidiárias estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. De acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal para o sector bancário, o Banco não regista impostos diferidos activos em resultado desta situação.

Nos exercícios de 2002 e 2001, na sequência da publicação da Lei nº 3-B/2000, de 4 de Abril, as despesas de representação e os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente em IRC às taxas de 6% e 6,4%, respectivamente.

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (Caixa Desenvolvimento) está sujeita ao regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 318/94, de 24 de Dezembro e pelo Decreto-Lei nº 378/98, de 30 de Dezembro).

Ao abrigo deste regime, os lucros distribuídos à Caixa Desenvolvimento pelas suas participadas são integralmente excluídos de tributação em sede de IRC.

Adicionalmente, a Caixa Desenvolvimento aplicou às mais-valias e menos-valias obtidas nos exercícios de 1999 e 2000 decorrentes da troca ou venda de quotas ou ações de que era titular o regime de diferimento de tributação destes rendimentos, então estabelecido no Código do IRC. Nos termos da legislação em vigor nesses exercícios, a Caixa Desenvolvimento tinha essa possibilidade sempre que o valor de realização associado à mais-valia fiscal "excluída" de tributação fosse reinvestido, total ou parcialmente, na aquisição de quotas, ações ou títulos emitidos pelo Estado, no prazo aí fixado. As mais-valias obtidas na alienação de participações nos exercícios de 1999 e 2000 foram deduzidas à matéria colectável por ser intenção do Conselho de Administração da Caixa Desenvolvimento proceder ao seu reinvestimento nos três exercícios seguintes. Faz o regime em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2002, quando forem alienados os investimentos nos quais a Caixa Desenvolvimento efectuou o reinvestimento, a respectiva mais-valia calculada face ao custo de aquisição das participações vendidas em 1999 e 2000 será tributada de forma escalonada por um período de dez anos, caso se verifique novo reinvestimento do valor de realização.

Relativamente à mais-valia obtida em 2002, a Caixa Desenvolvimento optou por tributar 50% do respectivo montante. As mais-valias que tinham sido reinvestidas na participação vendida em 2002, no montante de € 2.576.666 serão tributadas de forma escalonada por um período de dez anos.

Em 31 de Dezembro de 2002, o diferimento de tributação das mais-valias implica uma necessidade de reinvestimento de € 42.245.000, aproximadamente até ao exercício de 2004.

o exercício de 2002, com a entrada em vigor da Directriz Contabilística nº 28, a Caixa Desenvolvimento passou a registar impostos diferidos. De acordo com o regime transitório previsto nesta Directriz, os impostos diferidos passivos apurados com referência a 1 de Janeiro de 2002 foram registados por contrapartida de resultados transitórios, tendo esse impacto sido reflectido nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco (Notas 25 e 57).

h) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente títulos de clientes, encontram-se registados nas rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

i) Fundo de garantia de depósitos

Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças e efectuada através da entrega de títulos de depósito, foi amortizada por duodécimos em 60 meses. Adicionalmente, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo do exercício a que dizem respeito, com excepção da parte assegurada através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, a qual é registada em rubricas extrapatrimoniais e em 31 de Dezembro de 2002 apresentava um saldo acumulado de € 123.788 (€ 105.832 em 31 de Dezembro de 2001).

6. EMPRESAS DO GRUPO

Os dados financeiros retirados das contas individuais das empresas subsidiárias e associadas, relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	Percentagem de participação (%)	Data	Activo	Lucro/ (Prejuízo)	Situação líquida
Subsidiárias						
BC Ireland Limited	Dublin	100,00%	100,00%	30-11-2002	39.110.884	(20.699)
BC Investments Ireland	Dublin	-	100,00%	30-11-2002	40.502.063	1.020.472
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	31-12-2002	67.765.901	1.718.586
Caixa Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	31-12-2002	17.663.199	1.476.730
Associadas </						

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o detalhe dos Passivos eventuais e dos Compromissos perante terceiros era como segue:

	2002	2001
Passivos eventuais:		
Garantias e avelas prestados	85.402.675	72.221.505
Activos dados em garantia	50.484.931	50.504.557
	<u>135.887.606</u>	<u>122.726.062</u>
Compromissos perante terceiros:		
Linhas de crédito revogáveis	110.636.538	88.823.494
Subscrição de títulos	58.204.539	41.184.306
Outros	4.553.928	10.100.692
	<u>173.395.005</u>	<u>140.108.492</u>
Garantias recebidas	87.934.825	61.640.238
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Depósito e guarda de valores	2.162.267.787	2.825.784.830
Valores administrados pela instituição (Nota 32)	74.379.563	72.200.641
Outros	199.119	290.150
Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Activos dados em garantia" corresponde ao valor nominal de Obrigações do Tesouro dadas em garantia pelo Banco relativamente às seguintes situações:		
Sistema de Processamento de Grandes Transacções (SPGT)	42.000.000	
Bolsa de Valores de Lisboa e Porto - futuros (Nota 10)	3.990.383	
Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)	4.494.548	
	<u>50.484.931</u>	

24. COMPROMISSOS COM PENSÕES

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Banco não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

No entanto, e com o objectivo de proporcionar aos seus empregados um complemento de reforma ao regime normal da Segurança Social, o Banco constituiu por sua livre iniciativa em 1987, o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento (Fundo). O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez e de pensões de sobrevivência aos seus empregados, de acordo com os termos estabelecidos no contrato, sendo a sua gestão efectuada pela CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A contribuição para o Fundo efectuada pelo Banco, equivale a uma percentagem de 3,5% das remunerações anuais pagas a cada um dos empregados. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os custos registados relativos a pensões ascenderam a € 152.728 e € 125.542, respectivamente.

Dado tratar-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem quaisquer responsabilidades para além das contribuições acima referidas.

As restantes empresas do Grupo não têm responsabilidades com pensões.

25. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 foi o seguinte:

	2002							
	Saldo em 31.12.01	Reforços	Anulações e reposições	Utilizações	Transf. terceiros	Outros	Diferença cambial	Saldo em 31.12.02
Provisão para créditos sobre clientes:								
Crédito vencido (Nota 14)	7.071.710	2.140.644	(212.767)	-	169.176	-	(370.446)	8.798.318
Provisão para débitos (Nota 14)	207.832	-	-	-	-	-	-	207.832
Provisão para titulos de investimento (Nota 10):								
Titulos vendidos	5.516.222	4.775.370	(5.083.071)	(116.696)	-	-	1.316	5.083.141
Provisão para devoluções	93.391	-	-	-	-	-	-	93.391
Provisão para imobilizações financeiras	59.900	4.562	-	(22.180)	-	-	-	42.282
Participações (Nota 50)	3.255.688	6.643.846	(23.653)	(63.499)	(1.472.288)	274.160	-	8.584.254
Participações de capital em empresas coligadas (Nota 50)	134.791	-	-	-	1.496.395	-	(1)	1.631.185
Outras (Nota 31)	1.438.615	101.815	(3.078)	(171.103)	-	-	1.366.249	-
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 14)	3.347.155	705.680	(540.862)	(17.850)	-	-	3.512.153	-
Para outros riscos e encargos (Nota 3. c)	2.011.995	768.874	(85.030)	-	2.281.496	-	4.927.485	-
	<u>22.929.467</u>	<u>15.316.623</u>	<u>(5.881.101)</u>	<u>(295.229)</u>	<u>2.555.656</u>	<u>(369.130)</u>	<u>34.256.290</u>	
	2001							
	Saldo em 31.12.00	Aquisição de participações	Reforços	Anulações e reposições	Utilizações	Transf. terceiros	Diferença cambial	Saldo em 31.12.01
Provisão para créditos sobre clientes:								
Crédito vencido (Nota 14)	4.599.737	938.367	1.549.637	(369.188)	-	284.063	99.094	7.071.710
Provisão para titulos de investimento (Nota 10):								
Menos-valias	2.956.883	7.154	5.363.931	(2.820.660)	(6.577)	9.477	7.014	5.516.222
Titulos vendidos	93.391	-	-	-	-	-	-	93.391
Provisão para devoluções e outras aplicações (Nota 31)	-	7.103	3.798	-	-	(14.901)	-	59.900
Participações (Nota 50)	-	2.956.735	457.043	-	(158.090)	-	-	3.255.688
Partes de capital em empresas coligadas (Nota 50)	-	134.791	-	-	-	-	-	134.791
Outras (Nota 31)	-	1.448.091	-	-	-	(9.476)	-	1.438.615
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 14)	-	3.347.155	705.680	(540.862)	(17.850)	-	-	-
Para outros riscos e encargos (Nota 3. c)	-	2.011.995	768.874	(85.030)	-	2.281.496	-	-
	<u>15.443.065</u>	<u>317.450</u>	<u>56.660</u>	<u>(3.280.229)</u>	<u>(3.462)</u>	<u>(269.163)</u>	<u>2.760</u>	<u>2.011.995</u>
	<u>5.873.091</u>	<u>8.483.097</u>	<u>(6.811.965)</u>	<u>(198.129)</u>	<u>-</u>	<u>108.868</u>	<u>-</u>	<u>22.929.467</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, as provisões para outros riscos e encargos incluem € 2.196.466 relativos a uma provisão para impostos diferidos passivos registada pela Caixa Desenvolvimento (Nota 3. g), tendo sido constituído por contrapartida de reservas no exercício de 2002 um montante de € 2.281.496 (Nota 57).

26. CRITÉRIO DE DISTINÇÃO ENTRE TÍTULOS DE NEGOCIAÇÃO, TÍTULOS DE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica "Títulos de negociação" inclui os títulos adquiridos com o objectivo de venda, até um prazo que não poderá exceder seis meses.

A rubrica "Títulos de investimento" inclui os títulos em carteira cujo período de detenção ultrapasse, em regra, seis meses.

A rubrica "Participações" inclui as participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à actividade do Banco ou das suas subsidiárias e que, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro.

27. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as contas de regularização do activo têm a seguinte composição:

	2002	2001
Proveitos a receber -		
.De aplicações em instituições de crédito	871.081	211.914
.De crédito concedido	2.540.317	3.061.013
.De títulos de investimento	2.397.397	4.133.975
.De operações extrapatrimoniais	-	15.205
.De devedores	660.580	5.417
.De imobilizações financeiras	825	2.218
.De outros proveitos a receber	379.140	300.695
Despesas com custo diferido	6.139.569	3.260.342
Operações de bolsa a regularizar	3.589.908	45.408.398
Prémios de opções compradas	826.535	1.680.863
Reavaliação de opções	869.751	-
Juros de swaps por receber	-	725.662
Impostos a recuperar	1.148.404	1.148.404
Comissões a receber	124.888	229.096
Débitos a clientes a regularizar	197.946	216.802
Amortização do prémio/desconto em operações swap	389	132.384
Economato	467	-
Outros	263.014	374.485
	<u>20.010.211</u>	<u>60.906.873</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica "Operações de bolsa a regularizar" corresponde ao valor de operações de venda de títulos de exercício cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2002 a rubrica "Despesas com custo diferido" inclui um montante de € 5.874.755 (€ 2.929.980 em 31 de Dezembro de 2001) relativo aos valores entregues por conta da participação num Agrupamento Complementar de Empresas, que está a ser diferido por um período de vinte anos.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as contas de regularização do passivo têm a seguinte composição:

	2002	2001
Custos a pagar -		
.De recursos de instituições de crédito	2.451.262	3.286.364
.De depósitos de clientes	505.503	125.354
.De responsabilidades representadas por títulos	355.660	1.204
.Provisão para férias e subsidio de férias	1.096.835	1.043.870
.Provisão para remunerações adicionais	1.000.000	1.036.315
.Cedência de pessoal	345.622	8.822
.De operações extrapatrimoniais	-	45.369
.Fundo de pensões	164.052	129.601
.Outros	409.580	397.606
Receitas com proveito diferido -		
.De títulos de investimento	18.953	24.699
.Outras	-	-
Reavaliação das operações de swap de moeda e taxa de juro e de operações de swap de taxa de juro	4.763.416	14.912.113
Reavaliação de opções	1.623.067	5.884.492
Operações cambiais	212.950	(294.519)
Reavaliação de FRA's	101.232	(4.908)
Operações de bolsa a regularizar	4.124.232	7.152.537
Outros	1.344.194	3.875.878
	<u>18.516.558</u>	<u>37.624.797</u>

A rubrica "Operações de bolsa a regularizar" corresponde ao valor das operações de compra de títulos efectuadas nos últimos dias de 2002 e 2001, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica "Outros" refere-se essencialmente a transferências pendentes de regularização, que foram liquidadas no início do mês de Janeiro de 2002.

28. VALOR DOS RESULTADOS EM TÍTULOS AINDA NÃO IMPUTADOS

Em 31 de Dezembro de 2002, a diferença entre o valor de balanço e o valor nominal dos títulos de investimento adquiridos por valor superior ou inferior ao seu valor de reembolso asc

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2002 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	Valor nocial	%
Contratos sobre taxa de câmbio		
OTC com Instituições Financeiras		
Compras	7.172.252	49,10%
Vendas	7.436.008	50,90%
	<u>14.608.260</u>	<u>100,00%</u>
Contratos sobre taxa de juro		
OTC com Instituições Financeiras		
Compras	1.402.163.808	36,47%
Vendas	1.265.904.060	32,92%
	<u>2.668.067.868</u>	<u>100,00%</u>
OTC com clientes		
Compras	518.202.814	13,48%
Vendas	610.988.930	15,89%
	<u>1.130.191.744</u>	<u>100,00%</u>
Em bolsa		
Compras	32.400.000	1,84%
Vendas	15.372.790	0,40%
	<u>3.845.032.402</u>	<u>100,00%</u>
Contratos sobre acções		
OTC com Instituições Financeiras		
Compras	95.924.874	56,13%
Vendas	66.863.608	39,12%
	<u>162.788.482</u>	<u>100,00%</u>

34. EFECTIVO MÉDIO ANUAL DE TRABALHADORES

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco e das suas subsidiárias nos anos de 2002 e 2001, excluindo órgãos de administração e fiscalização, foi de 166 e 168 trabalhadores, respectivamente, distribuídos como se segue:

	2002	2001
Direcção	45	42
Técnicos e chefias	84	85
Administrativos e pessoal auxiliar	37	41
	<u>166</u>	<u>168</u>

35. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de administração e de fiscalização em 2002 e 2001 ascendeu a € 428.834.

No exercício de 2002, foram pagas indemnizações a administradores por cessação de mandato no montante de € 192.038.

37. ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, o valor de balanço dos Activos e dos Passivos expressos em moeda estrangeira ascende a € 21.012.891 e € 20.962.234 respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2001, estes valores ascendiam a 82.708.196 e € 82.552.109, respectivamente.

38. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos é a seguinte:

	2002			
	Portugal	Madeira	Irlanda	Total
Juros e proveitos equiparados	25.678.699	2.635.315	1.437.468	29.751.482
Rendimento de títulos	406.051	-	-	406.051
Comissões	22.162.325	17.267	-	22.179.592
Lucros em operações financeiras	65.022.766	7.496.475	63.865	72.583.106
Outros proveitos de exploração	2.172.779	-	-	2.172.779

	2001			
	Portugal	Madeira	Irlanda	Total
Juros e proveitos equiparados	32.098.193	2.420.342	1.750.476	36.269.011
Rendimento de títulos	10.344.384	-	-	10.344.384
Comissões	21.146.374	-	-	21.146.374
Lucros em operações financeiras	131.199.182	2.315.552	18.204.133	133.532.938
Outros proveitos de exploração	1.259.001	-	-	1.259.001

39. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS DE EXPLORAÇÃO E GANHOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

Nos exercícios de 2002 e 2001, as rubricas "Outros proveitos de exploração" e "Outros custos de exploração" têm a seguinte composição:

	2002	2001
Outros proveitos de exploração -		
Proveitos pela prestação de serviços diversos	760.578	497.765
Reembolso de despesas	139.947	209.128
Rendimento de imóveis	-	1.920
Outros	<u>1.272.254</u>	<u>550.188</u>
Outros custos de exploração -		
Resultados adquiridos na compra de acções da Caixa		
Valores em 2002 (Nota 6)	688.161	-
Quotizações e donativos	64.886	44.824
Outros	<u>5.366</u>	<u>11.565</u>
	<u>758.413</u>	<u>56.389</u>

No exercício de 2002, o saldo da rubrica "Outros proveitos de exploração - outros" corresponde essencialmente a proveitos obtidos com cedência de pessoal a outras entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Nos exercícios de 2002 e 2001, as rubricas "Ganhos extraordinários" e "Perdas extraordinárias" têm a seguinte composição:

	2002	2001
Ganhos extraordinários -		
Mais-valias na alienação de valores imobilizados	8.630.451	595.720
Excesso da estimativa para impostos sobre lucros	437	751.030
Ganhos relativos a exercícios anteriores	557.947	1.261.194
Outros	<u>30.866</u>	<u>20.869</u>
	<u>9.219.701</u>	<u>2.628.813</u>
Perdas extraordinárias -		
Perdas relativas a exercícios anteriores	667.427	7.761.779
Multas e outras penalidades fiscais	31.523	731
Menos-valias na alienação de valores imobilizados	48.925	163.194
Outros	<u>2.737</u>	<u>28.282</u>
	<u>750.612</u>	<u>7.953.986</u>

No exercício de 2001, a rubrica "Perdas relativas a exercícios anteriores" inclui um montante de € 7.322.212 relativo a liquidações adicionais de IRC aos exercícios de 1997 a 1999, incluindo juros compensatórios. O Banco efectuou o pagamento destes montantes, tendo no entanto apresentando a correspondente reclamação graciosa.

A rubrica "Mais-valias na realização de valores imobilizados" no exercício de 2002 apresenta o seguinte detalhe:

Mais valias na alienação de participações financeiras (Nota 50):	
Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	8.048.842
Silger, SGPS, S.A.	479.926
Ceramic, Mosaicos Cerâmicos, S.A.	71.952
A. Silva & Silva - Madeiras, S.A.	8.473
Maronagrêis - Comércio e Indústria de Cerâmica	458
Outros	<u>20.800</u>
	<u>8.630.451</u>

No exercício de 2002, a rubrica "Menos valias na realização de valores imobilizados" nas demonstrações financeiras consolidadas inclui uma menos valia de € 29.055 com a alienação da participação financeira da Caixa Capital na Têxtil João Duarte, S.A. (Nota 50).

41. CARGA FISCAL

O Banco e as suas subsidiárias em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao qual acresce o correspondente Imposto Municipal de Derrama.

A reduzida carga fiscal resulta essencialmente dos prejuízos fiscais apresentados pelo banco em 2002 e 2001, os quais são causados por correções à matéria colectável, das quais se destacam a imputação de prejuízos de participações em Agrupamentos Complementares de Empresas, o ajustamento relativo à tributação fiscal dos produtos derivados, a reposição de provisões tributadas em exercícios anteriores e a não tributação dos dividendos recebidos de participadas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e das suas subsidiárias relativas aos anos de 1998 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correções.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correção com um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

42. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE OS LUCROS

A proporção em que o imposto sobre lucros incide sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários consolidados no exercício de 2002 é de 1,92% (3,64% no exercício de 2001).

43. INCLUSÃO DAS CONTAS DO BANCO NAS CONTAS CONSOLIDADAS DE OUTRA INSTITUIÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2001 são consolidadas na Caixa Geral de Depósitos, S.A. com sede na Avenida João XXI, nº 63, em Lisboa.

45. OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o montante total das operações de locação financeira ascende a € 105.127 e € 492.920, respectivamente, o qual se encontra registado na rubrica "Créditos sobre clientes" (Nota 14).

47. RESULTADOS COM EMPRESAS DO GRUPO

Nos exercícios de 2002 e 2001, os principais saldos da demonstração de resultados com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A. não incluídos no perímetro de consolidação eram os seguintes:

	2002	2001
Proveitos:		
Juros e proveitos equiparados:		
Caixa Geral de Depósitos	1.585.773	2.482.827
Banco Simón	4.492	36.531
Comissões:		
Caixa Geral de Depósitos	2.362.775	3.198.576
Caixa Investimentos	-	89.784
Lucros em operações financeiras:		
Caixa Geral de Depósitos	14.267.686	19.876.521
Outros Proveitos:		
Caixa Geral de Depósitos	491.142	283.719
Sogroup - Serviços Administrativos, ACE	399.448	-
Sogroup - Sistemas de Informação, ACE	275.025	-
Custos:		
Juros e custos equiparados:		
Caixa Geral de Depósitos	14.354.816	12.993.102
Banco Simón	549.129	8.133.576
Locapor - Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária, S.A.	23.345	25.415
Comissões:		
Caixa Geral de Depósitos</		

Plataforma SGPS, S.A.

Em Outubro de 2002, a Caixa Capital participou na constituição da Plataforma, SGPS, S.A., tendo subscrito 4,85% do seu capital.

Têxtil João Duarte, S.A.

Em Dezembro de 2002 a Caixa Capital alienou 2,59% do capital da empresa por € 15.692, tendo registado uma menos-valia de € 29.055 (Nota 39) e utilizado provisões no montante de € 26.662.

Ceramic, Mosaicos Cerâmicos S.A.

Em Outubro de 2002, a Caixa Capital alienou 12.656 acções da empresa à JFCG - Empreendimentos Cerâmicos, S.A., no âmbito do contrato de recompra celebrado aquando da aquisição da participação. A venda foi efectuada por € 258.995, tendo sido registada uma mais-valia de € 71.952 (Nota 39).

Sinalemp, Sinaléctica Empresarial

Em Abril de 2002 a Caixa Capital reforçou o investimento na empresa adquirindo 7.595 acções ao valor nominal de € 1.

Maronagres - Comércio e Indústria de Cerâmica, S.A.

Em Outubro de 2002 a participação da Caixa Capital na Maronagres - Comércio e Indústria de Cerâmica, S.A. foi alienada pelo valor global de € 249.857, tendo sido registada uma mais-valia de € 458 (Nota 39). O recebimento deste valor ocorrerá de forma parcelar e anual até 31 de Julho de 2007.

Prominser - Investigação e Engenharia Financeira, Lda.

A Caixa Capital alienou em Agosto de 2002 a sua participação nesta empresa, pelo valor de € 10.899.

Fatrónica - Fabrico de Artigos Electrónicos, S.A.

A participação nesta empresa foi alienada pela Caixa Capital por € 19.232, tendo para o efeito utilizado provisões no montante de € 66.838. O valor de venda será recebido em dez prestações trimestrais e sucessivas, no montante de € 1.923 cada, tendo a primeira sido paga na data da assinatura do contrato. Em 31 de Dezembro de 2002, tinham já sido recebidas três prestações.

Sulei, Sociedade Ultramarina de Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Em Janeiro de 2002, a Caixa Capital adquiriu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. as acções que não detinha desta empresa, por € 1.

Os principais movimentos nas participações financeiras durante o exercício de 2001 foram os seguintes:

VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.

No âmbito da fusão entre a VASC - Sociedade de Controlo, S.A., Atlantis - Cristais de Alcobaça, S.A. e Fábrica de Porcelanas Vista Alegre, S.A. ocorrida em Junho de 2001, a Caixa Desenvolvimento entregou as acções que detinha destas entidades, tendo recebido 5.333.120 acções da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., correspondentes a 9,88% do capital desta entidade.

Cabelte Projectos Internacionais, SGPS, S.A.

Em 25 de Maio de 2001, a Caixa Capital participou no aumento de capital da Cabelte Projectos Internacionais, SGPS, S.A., adquirindo 687.500 acções com o valor nominal de € 4,99 correspondentes a 11,96% do capital desta empresa. Posteriormente a Caixa Capital transferiu para o FRIE Grupo CGD 137.500 acções (correspondentes a 2,4% do capital da Empresa) passando a deter uma participação de 9,56% com um custo de aquisição total de € 2.744.500.

Audio Média - Sistemas de tecnologia de Informação, S.A. (Audio Média)

Em 30 de Novembro de 2001, a Caixa Capital alienou a participação que detinha na Audio Média. Esta participação, que se encontrava totalmente provisionada, foi alienada por um cêntimo.

Sommer Allibert Industries, S.A.

Em 13 de Dezembro de 2001, a Caixa Capital alienou a participação que detinha na Sommer Allibert Industries, S.A.. Esta alienação foi efectuada por € 1.006.268, tendo originado uma mais-valia de € 445.121.

Pecuária da Rosenta, S.A.

Em 5 de Junho de 2001, a Caixa Capital alienou a participação que detinha na Pecuária da Rosenta, S.A.. Esta participação foi vendida pelo montante global de € 232.190, tendo originado uma menos-valia de € 136.920.

PMH, Produtos Médicos Hospitalares, S.A.

Em 23 de Julho de 2001, a Caixa Capital participou no aumento de capital da sociedade PMH, Produtos Médicos Hospitalares, S.A.. Na sequência desta operação, a Caixa Capital passou a deter 79.900 acções preferenciais remanescentes desta empresa com o valor nominal de 5 Euros cada.

Ceramic, Mosaicos Cerâmicos, S.A.

No âmbito de um contrato de recompra, a Caixa Capital alienou em 7 de Maio de 2001, 7.318 acções da Ceramic, Mosaicos Cerâmicos, S.A.. Como resultado desta transacção foi registada uma mais-valia de € 29.668.

Fatrónica - Fábrica de Artigos Electrónicos, S.A.

Em 3 de Outubro de 2001 e ao abrigo do acordo parassocial celebrado relativamente a esta participação, a Caixa Capital alienou 2,3% da sua participação na Fatrónica - Fábrica de Artigos Electrónicos, S.A.. Como resultado desta transacção foi realizada uma menos-valia de € 15.179, tendo sido utilizadas provisões no montante global de € 14.430 e registada uma perda extraordinária de € 749.

Unifer - Indústrias Metalúrgicas, S.A.

Em 12 de Dezembro de 2001, ao abrigo do contrato de Promessa de Compra e Venda celebrado, a Caixa Capital alienou 15.750 acções da Unifer - Indústrias Metalúrgicas, S.A. por € 115.448, tendo realizado uma mais-valia de € 36.887.

Nacital - Companhia Nacional de Comércio e Metalurgia, S.A.

Em 5 de Junho de 2001, a Caixa Capital participou no aumento de capital da Nacital - Companhia Nacional de Comércio e Metalurgia, S.A.. Como consequência desta operação, na qual adquiriu 25.000 acções com o valor nominal de 4,99 Euros cada, a Caixa Capital passou a deter 4,93% do capital desta empresa.

Sinalemp - Sinaléctica Empresarial, S.A.

Em 19 de Fevereiro de 2001, a Caixa Capital participou no aumento de capital desta empresa, tendo subscrito 79.566 acções pelo valor nominal de 1 Euro cada. Na sequência desta operação a Caixa Capital passou a deter 5,2% do capital social desta empresa.

Prominser

Em 30 de Novembro de 2001, a Caixa Capital adquiriu a quota antes detida pela Caixa Investimentos na Prominser, correspondente a 80% do capital desta empresa, pelo montante de € 10.899.

Partes de capital em empresas associadas

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Partes de capital em empresas associadas" era constituída pelas seguintes participações:

	Percentagem	Valor de participação
Finpro, Infraestruturas, S.A. (Finpro)	207.281	30%
Gimob, SGPS, S.A. (Gimob)	71.296	25%
	278.577	

Em 2002, a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital participaram na constituição da Finpro, Infraestruturas, SGPS, S.A., tendo subscrito 30% do seu capital pelo respectivo valor nominal.

Em 30 de Novembro de 2001, na sequência da liquidação da Caixa Investimentos, a Caixa Capital recebeu as 15.000 acções da Gimob detidas por esta empresa, pelo valor total de € 74.820.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações no exercício de 2002 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Gimob	Finpro	Total
Custo de aquisição	74.820	300.000	374.820
Diferença de consolidação (Nota 57)	(2.668)	-	(2.668)
Valor patrimonial na data de entrada na consolidação	72.152	300.000	372.152
Perdas em empresas associadas (Nota 57)	(856)	(92.719)	(93.575)
Equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2002	71.296	207.281	278.577

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica "Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação" é composta pelas seguintes participações:

	2002	2001
Sulei, Sociedade Ultramarina de Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1.496.394	-
Biomediche, Produtos Terapêuticos, Hospitalares e Cirúrgicos, Lda	134.791	134.791
	1.631.185	134.791

Estas participações encontram-se integralmente provisionadas (Nota 25), razão pela qual foram excluídas da consolidação.

51. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Caixa	2.846	7.572
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	5.167.440	286.551
	5.170.286	294.123

A rubrica depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituidos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

52. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Depósitos à ordem -		
. Em instituições no País	7.708.213	3.421.825
. Em instituições no estrangeiro	1.474.678	1.825.073
Valores a cobrar de instituições de crédito	45.000	1.780.294
	9.227.891	7.027.192

Os valores a cobrar de instituições de crédito correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores foram cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

53. ACÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Banco detinha 4.658.000 acções próprias com um custo de aquisição de € 5.999.453.

54. DÉBITOS REPRESENTADOS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica corresponde ao valor das seguintes emissões de obrigações de caixa:

	2002	2001
BCF Utilities Europa 1999/2004	36.253.379	36.253.379
PSI 20 - Rendimento mínimo - 1ª emissão - Março 2003	3.740.984	3.740.984
PSI 20 - Capital garantido - 1ª emissão - Março 2003	3.740.984	3.740.984
PSI 20 - Capital garantido - 2ª emissão - Junho 2003	3.242.186	3.242.186
Euro Stoxx 50 - Fevereiro 1999 / Agosto 2002	-	6.234.974
Taxa Crescente 1999/2002	-	5.000.000
	46.977.533	58.212.507

O valor de reembolso das obrigações "BCF Utilities Europa 1999/2004" corresponde ao seu valor nominal acrescido de uma remuneração variável, equivalente a uma percentagem da valorização do "Índice BCF Utilities Europa" no período de cinco anos da emissão, aplicada sobre o seu valor nominal, a qual é determinada em função de um conjunto de 60 observações mensais. Estas obrigações garantem aos subscritores uma valorização mínima de 2,5% e prevêem um valor de reembolso máximo de 40% do capital inicial. Caso uma das observações seja equivalente a, pelo menos, 150% do valor do "Índice BCF Utilities Europa", as remunerações iniciais mínima e máxima são acrescidas de um bónus de 5%. O risco das obrigações "BCF Utilities Europa 1999/2004" foi coberto por uma opção adquirida a uma entidade externa e por depósitos efectuados em Instituições de crédito, com remuneração equivalente à proporcionada pelas obrigações.

O valor de reembolso das obrigações "PSI 20" corresponde ao seu valor nominal acrescido de uma remuneração variável, equivalente a uma percentagem da valorização do índice PSI 20 no período de cinco anos das emissões, aplicada sobre o seu valor nominal. Esta percentagem é de 52,5% no caso das obrigações "Rendimento mínimo" e de 100% para as obrigações "Capital garantido".

As obrigações "Rendimento mínimo" garantem aos subscritores uma valorização mínima de 10%, sendo o valor de reembolso ilimitado. As obrigações "Capital garantido" garantem apenas o reembolso do capital inicial e prevêem um valor de reembolso máximo de 220% e 200% do capital inicial na 1ª e 2ª emissão, respectivamente.

A estimativa das responsabilidades a pagar relativas às obrigações cuja remuneração se encontra indexada a índices é calculada de acordo com os métodos de reavaliação de opções utilizados pelo Banco (Nota 3. b)) e encontra-se registada na rubrica "Reavaliação de opções" (Nota 27).

O valor de reembolso das obrigações "Euro Stoxx" corresponde ao seu valor nominal acrescido de uma remuneração variável, equivalente a 92% da percentagem de valorização do índice Euro Stoxx 50, no período de três anos da emissão, aplicada sobre o seu valor nominal. Estas obrigações garantem aos subscritores uma valorização mínima de 27%, tendo sido reembolsadas em 19 de Agosto de 2002.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

ACTIVO	2002		2001		PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	2002	2001
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO			
1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.169.286		5.169.286	282.538	1. Débitos para com instituições de crédito	510.525.960	487.929.207
2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito...	9.199.778		9.199.778	3.039.369	a) À vista	159.799	1.214.121
3. Outros créditos sobre instituições de crédito	64.034.396		64.034.396	55.229.015	b) A prazo ou com pré-aviso	510.366.161	486.715.086
4. Créditos sobre clientes	354.750.859	7.905.915	346.844.944	319.191.917	2. Débitos para com clientes	120.925.424	146.497.786
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	289.216.541	4.731.577	284.484.964	303.002.957	a) Depósitos de poupança	120.925.424	146.497.786
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					b) Outros débitos	61.446.644	94.138.186
- De emissores públicos	50.432.793		50.432.793	52.266.854	ba) À vista	59.478.780	52.359.599
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					bb) A prazo		
- De outros emissores	238.783.748	4.731.577	234.052.171	250.736.103	3. Débitos representados por títulos	46.977.533	58.212.507
Dos quais :					a) Obrigações em circulação	46.977.533	58.212.507
(- Obrigações próprias)					b) Outros		
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	1.289.855	450.857	838.998	5.451.222	4. Outros passivos	4.132.019	1.682.705
7. Participações	9.896.271	5.028.666	4.867.605	453.875	5. Contas de regularização	18.218.132	34.126.690
8. Partes de capital em empresas coligadas	17.088.434		17.088.434	23.312.887	6. Provisões para riscos e encargos	6.309.148	3.347.155
9. Imobilizações incorpóreas	5.758.749	5.391.953	366.796	272.414	7. Provisões para pensões e encargos similares	6.309.148	3.347.155
10. Imobilizações corpóreas	20.134.607	7.871.769	12.262.838	12.282.917	8. Fundo para riscos bancários gerais		
(Dos quais: Imóveis)	(13.407.579)	(2.316.438)	(11.091.141)	(11.248.289)	9. Passivos subordinados		
11. Capital subscrito não realizado					10. Prémios de emissão		
12. Acções próprias ou partes de capital próprias	5.999.453		5.999.453	5.999.453	11. Reservas	29.225.317	28.852.889
13. Outros activos	75.968.172		75.968.172	74.467.525	12. Reservas de reavaliação	4.338.403	4.338.403
14. Contas de regularização	18.494.095		18.494.095	56.238.805	13. Resultados transitados	12.330.105	6.413.070
15. Prejuízo do exercício					14. Lucro do exercício	11.387.718	6.574.483
TOTAIS	877.000.496	31.380.737	845.619.759	859.224.894	TOTAIS	845.619.759	859.224.894

Natureza e Espécie de Títulos

	Quantidades Físicas	Valor Nominal (em euros)	Valor de Balanço
A. TÍTULOS NEGOCIAÇÃO			
Títulos de rendimento fixo			
De dívida pública portuguesa			
- Obrigações do Tesouro	83	0,01	1
Obrigações - OTABR9803E	100	0,01	1
Obrigações - OTSET9813E			
Subtotal			2
De outros residentes			
- Outras Obrigações			
Obrigações - L VUIT MOET HENNESSY 01/08	12.000	1.000,00	13.123.003
Obrigações - D. TELEKOM 02/07	10.000	1.000,00	11.275.890
Obrigações - BRITISH TELECOM, PLC	10.000	1.000,00	11.253.904
Obrigações - GENERAL MOTORS 02/07	10.000	1.000,00	10.543.000
Obrigações - TEL. ITALIA 02/07	5.000	1.000,00	5.496.363
Obrigações - ANGLIAN WATER 07/09	5.000	1.000,00	5.281.361
Obrigações - DAIMLERCHRYSLER 02/05	50	100.000,00	5.004.285
Obrigações - INTL ENDESA 02/06	3.000	1.000,00	3.245.762
Subtotal			65.223.568
De outros não residentes			
- Outras Obrigações			
Obrigações - PTELECOM	60.000	1,00	393.000
EDP	100.000	1,00	159.000
VODAFONE	10.000	0,50	74.000
PT MULTIMÉDIA, SGPS - Em 2001 - A	5.000	0,50	50.100
PORTUCEL	25.000	1,00	29.000
Subtotal			705.100
Subtotal			65.948.879

B. TÍTULOS - INVESTIMENTO

De rendimento fixo de outros emissores			
Emissores públicos			
- Médio e Longo Prazo			
OTRV 9704E	5.048.992.000	0,01	50.432.791
OTABR9803E	53	0,01	-
Subtotal			50.432.791
Emissores por residentes			
- A curto prazo			
Papel Comercial-SOMINCOR 9135	3.000.000	1,00	3.000.000
Papel Comercial- MDL2103	58	50.000,00	2.900.000
Papel Comercial-SOMINCOR 9136	833.333	1,00	833.333
Subtotal			6.733.333

De rendimento variável			
Emissores por residentes			
- A curto prazo			
Papel Comercial-SOMINCOR 9135	3.000.000	1,00	3.000.000
Papel Comercial- MDL2103	58	50.000,00	2.900.000
Papel Comercial-SOMINCOR 9136	833.333	1,00	833.333
Subtotal			6.733.333
Obrigações - JM&F 97/04	2.764.318.198	0,02	37.789.975
Obrigações CX - Portucel 99/04 (EUR)	2.570.000	10,00	25.700.000
Obrigações - RAM 99/09 (EUR)	4.500.000	5,00	22.500.000
Obrigações - Cofina sgps c/ warrant 98/03	2.529.072	4,99	12.620.775
Obrigações - Metro 95/07	1.685.000	4,99	8.408.150
Obrigações - Fisipe 00/07 (EUR)	908.000	5,00	4.540.000
Obrigações - EDP 98/08 - 25*	399.371.016	0,01	3.993.710
Obrigações - Est. JM&F 96/03	284.731.398	0,01	2.827.945
Obrigações - SVCaetano 02/07	250.000	10,00	2.500.000
Obrigações - Quintas & Quintas 98/05	500.000	4,99	2.495.000
Obrigações - Mota-Engil 02 1º Em.	400.000	5,00	2.000.000
Obrigações - Auto Industrial (EUR)	400.000	5,00	2.000.000
Obrigações - Brisa 98/08	400.000	4,99	1.996.000
Obrigações CX - Engil 98/03	161.682.272	0,01	1.598.261
Obrigações - Petrogal 94/04	144.651.390	1,995	50.000
Obrigações Cx - CGDOXE (EUR)	11.243.626	0,01	67.923
Obrigações Cx - CGDLXE (EUR)	2.175.871	0,01	21.698
Obrigações - Sonae Ind. 98/03	57	0,01	1
Subtotal			132.604.303

Crédito e Juros Vencidos			
Títulos			
- De Rendimento Fixo			
Obrigações - Cobre - Ser.A			33.977
Obrigações - Luis Correia S.H./88			28.204
Obrigações - Luis Correia/87			27.474
Obrigações - Luis Correia S.E./88			1.880
Obrigações - Copinaque - 87			1.369
Obrigações - Luis Correia S.F./88			487
Subtotal			93.391
Emissores por não residentes			
- Por Organismos Financeiros Internacionais			
BIRD 98/13	249.398.949	0,01	2.493.989
EUROFIMA 97/07	124.699.474	0,01	1.248.130
Subtotal			3.742.120
Por outros não residentes			
- Médio e longo prazo			
COFINOGA 99/06	12.500	1.000,00	12.489.189
MORGAN ST 98/03	2.300	4.987.98	11.472.352
LEHMAN 98/03		249.398.949	0,01
OT STRIP 98/03 (Luxemburgo)	201.077.902	0,01	1.967.638
GOLDMAN 98/0			

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002**

(Montantes expressos em Euros - €)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. ("Banco") foi constituído por escritura pública em 12 de Novembro de 1987, tendo absorvido a totalidade dos activos e passivos da Sucursal em Portugal do Manufacturers Hanover Trust Company, nos termos da Portaria conjunta da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças nº 865-A/87, de 6 de Novembro. Desde essa data o Banco tem vindo a alterar a sua denominação social que foi sucessivamente Banco Chemical (Portugal), S.A., Banco Chemical Finance, S.A., Banco Totta & Sottomayor de Investimento, S.A. e, finalmente, por deliberação da Assembleia Geral de Julho de 2000, Caixa - Banco de Investimento, S.A.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos e em outros activos, para o que se encontra devidamente autorizado, prestando ainda outros serviços bancários. Para o efeito dispõe de um balcão localizado em Lisboa, dois balcões localizados no Porto e de uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

Conforme descrito na Nota 55, a maioria do capital social do Banco é detida pela Gerbanca, SGPS, S.A., sociedade integrada no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas que se encontram ausentes não são aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2002.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos do Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições estabelecidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras individuais da Sede foram combinadas com as da Sucursal Financeira Exterior da Madeira, representando a actividade global do Banco. Todos os saldos e transacções entre a Sede e a Sucursal Financeira Exterior da Madeira foram eliminados neste processo.

As demonstrações financeiras individuais do Banco em 31 de Dezembro de 2002 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

Registo de juros

Os juros das operações passivas e activas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Outros proveitos e custos

O Banco reconhece, em geral, os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

b) Operações sobre divisas e derivados

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio indicativo, divulgado pelo Banco Central Europeu. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzem a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas da posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação se descreve de seguida:

Operações cambiais à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido de:

- Activos e passivos nessa moeda, incluindo imobilizações;
- Operações à vista a aguardar liquidação;
- Operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco Central Europeu, dando origem à movimentação da rubrica da posição cambial (moeda nacional) por contrapartida das respectivas rubricas de custos ou de proveitos.

Operações cambiais a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado para os prazos residuais das operações, com exceção do disposto no parágrafo seguinte. Na ausência de taxas de mercado, estas são determinadas com base no diferencial das taxas de juro das respectivas moedas, para o prazo residual de cada operação.

Nos casos de operações cambiais a prazo utilizadas para cobertura de activos ou passivos devidamente identificados, o seu tratamento contabilístico é idêntico ao das operações de permuta de divisas ("Swaps de moeda").

As diferenças entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação aplicadas e os contravalores em Euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

Operações de permuta de divisas ("Swaps de moeda")

As operações de permuta de divisas ("Swaps de moeda") e outras operações de fixação de câmbio não são reavaliadas, sendo o respectivo prémio/desconto amortizado ao longo do período da operação.

Operações de permuta de divisas e de taxas de juro ("Cross-currency Swaps")

As operações de permuta de divisas e de taxas de juro ("Cross-currency Swaps") de negociação são reavaliadas diariamente através da actualização de todos os fluxos de caixa futuros, utilizando-se para o efeito as taxas de câmbio de mercado para os prazos residuais desses fluxos. O resultado dessa reavaliação é registado numa conta de regularização, por contrapartida de custos ou proveitos.

As operações de permuta de divisas e de taxas de juro utilizadas para cobertura de activos ou passivos devidamente identificados não são reavaliadas. Os custos e proveitos resultantes da valorização ao câmbio médio indicativo do Banco Central Europeu do segmento a prazo, e dos juros a pagar e a receber, são imputados às rubricas de custos e proveitos associadas aos elementos cobertos.

Operações de permuta de taxas de juro ("IRS")

As operações de permuta de taxas de juro são reavaliadas diariamente. Esta reavaliação é efectuada com base no valor actual dos juros futuros a pagar e a receber, calculado com base em taxas de mercado, sendo o ganho ou perda resultante reconhecido directamente em resultados, por contrapartida de uma conta de regularização.

As operações utilizadas para cobertura de activos ou passivos devidamente identificados não são reavaliadas, sendo periodificados os juros a receber e a pagar relativos ao período corrente.

Opções - mercado de balcão

As opções são registadas em contas extrapatriomoniais na data da sua contratação, pelo valor contratado. Os prémios das opções vendidas e compradas são registados em contas de regularização na data do seu recebimento e pagamento, respectivamente. As opções são reavaliadas diariamente com base na cotação e volatilidade dos activos subjacentes, sendo o resultado dessa reavaliação registado em contas de regularização, por contrapartida de custos ou proveitos.

Nos instrumentos financeiros com opções incorporadas, nomeadamente depósitos ou obrigações emitidas, a componente constituída pela opção é objecto de relevação contabilística autónoma do instrumento financeiro primário a que está associada, sendo registada de forma similar às restantes opções.

Operações de futuros

Os contratos de futuros são registados em rubricas extrapatriomoniais ao valor nominal e são reavaliados diariamente com base na cotação de mercado, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos em proveitos ou custos, respectivamente.

c) Provisões para riscos de crédito

Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a cobrir os riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisoriadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias. Em 31 de Dezembro de 2002, esta provisão encontrava-se acima dos níveis mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o Aviso nº 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco, tais como garantias e avales prestados. O montante a provisionar é calculado por aplicação de uma percentagem de 1% sobre o crédito concedido não vencido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. No que se refere ao crédito ao consumo, é aplicada uma percentagem de 1,5%.

A determinação desta provisão cumpre o disposto no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal.

Provisão para outros riscos e encargos

Esta provisão destina-se a fazer face a contingências específicas resultantes da actividade do Banco, não sendo fiscalmente aceite como custo.

d) Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção aquando da sua aquisição, a carteira de títulos do Banco é valorizada da seguinte forma:

i) Títulos de negociação

Os títulos de rendimento fixo são registados pelo seu valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação de mercado, incluindo os juros corridos, sendo o ganho ou perda resultante reconhecido directamente em resultados.

Os títulos de rendimento variável são igualmente valorizados à cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de reavaliação referentes a ações que integrem os índices PSI 30 ou PSI 20 ou que, sendo negociadas em outras bolsas de valores, apresentem liquidez adequada, são reflectidas directamente em resultados. As ações detidas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 estão incluídas nos referidos índices.

ii) Títulos de investimento

Os títulos de rendimento fixo são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa, entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado no momento da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento.

Os títulos emitidos a desconto, são registados pelo valor de reembolso (valor nominal), sendo o diferencial para o valor de aquisição registado na rubrica "Receitas com proveito diferido", do Passivo. Diariamente, os juros corridos são registados em resultados.

As ações e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

As menos-valias potenciais resultantes de diferenças apuradas entre o valor contabilístico dos títulos e o correspondente valor de cotação, são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

iii) Acções próprias

As ações próprias detidas pelo Banco são registadas ao custo de aquisição no activo, conforme o disposto pelo Banco de Portugal.

e) Participações

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, e encontram-se registadas ao custo de aquisição.

No exercício de 2002, através do seu Aviso nº 4/2002, de 25 de Junho, o Banco de Portugal introduziu novos requisitos na metodologia de cálculo e constituição de provisões para participações financeiras, estabelecendo que as menos-valias latentes devem ser determinadas da seguinte forma:

- para participações em empresas com ações cotadas em mercado organizado, correspondem à diferença entre o valor de inscrição no balanço e o respectivo valor de mercado, determinado com base na média de cotações diárias dos últimos seis meses completos;
- no caso de participações em empresas sem ações cotadas, o valor presumível de transacção utilizado como base para a determinação das menos-valias latentes corresponde ao produto da parte correspondente à situação líquida da entidade participada pelo factor 1,5.

Ao abrigo do Aviso acima referido, devem ser constituidas provisões nos casos em que a menos valia latente numa participação exceda os 15% do valor de balanço, sendo a provisão correspondente, pelo menos, a 40% desse excesso.

Para as participações já detidas em 31 de Dezembro de 2001, o Aviso nº 4/2002 estabelece um regime transitório. Ao abrigo deste regime, o provisionamento das menos-valias calculadas para estas participações à data de entrada em vigor do Aviso pode ser diferido ao longo de períodos de dez anos (para participações financeiras em empresas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal) ou cinco anos (para as restantes participações financeiras), podendo as provisões constituidas em 2002 e 2003 ao abrigo deste regime ser registadas por contrapartida de reservas.

Adicionalmente, o Aviso 4/2002 prevê a aplicação às participações indiretas nas contas individuais dos mesmos critérios seguidos para a avaliação das necessidades de provisões para as participações directas.

No exercício de 2002, o Banco constituiu nas suas demonstrações financeiras individuais provisões para menos-valias em participações detidas pela Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (sociedade integralmente detida pelo Banco) ao abrigo do Aviso nº 4/2002 no montante de € 5.028.666 (Nota 50).

As menos-valias latentes em participações já provisionadas pelas subsidiárias do Banco não foram reflectidas nas suas contas individuais.

f) Imobilizações

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais não diferem da vida útil estimada dos activos, que são:

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Equipamento:	
Mobilário e material	4 - 10
Material de transporte	4
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 10

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. Uma percentagem equivalente a 40% do aumento das amortizações resultante da reavaliação não é aceite como custo para efeitos fiscais.

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a despesas de estabelecimento e com sistemas de tratamento automático de dados, sendo amortizadas linearmente em três anos.

g) Impostos

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. De acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal para o sector bancário, o Banco não regista impostos diferidos activos em resultado desta situação.

Nos exercícios de 2002 e 2001, na sequência da publicação da Lei nº 3-B/2000, de 4 de Abril, as despesas de representação e os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros foram tributados autonomamente em IRC às taxas de 6% e 6,4%, respectivamente.

h) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente títulos de clientes, encontram-se registados nas rubricas extrapatriomoniais ao valor nominal.

i) Fundo de garantia de depósitos

Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças e efectuada através da entrega de títulos de depósito, foi amortizada por duodécimos em 60 meses. Adicionalmente, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo do exercício a que dizem respeito, com exceção da parte assegurada através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, a qual é registada em rubricas extrapatriomoniais e em 31 de Dezembro de 2002 apresent

Outros emissores:

De negociação -			
.Obrigações de entidades nacionais	20.009	19.064	
.Obrigações de entidades estrangeiras	65.223.568	-	
De investimento -			
.Obrigações de entidades nacionais	132.604.303	129.554.307	
.Papel comercial	6.733.333	17.438.205	
.Obrigações de entidades estrangeiras	34.109.144	108.682.932	
.Títulos vencidos	93.391	-	
Provisões:			
.Para menos-valias (Nota 25)	(4.638.186)	(4.958.405)	
.Para títulos vencidos (Nota 25)	(93.391)	-	
	<u>(4.731.577)</u>	<u>(4.958.405)</u>	
	<u>234.052.171</u>	<u>250.736.103</u>	

Acções e outros títulos de rendimento variável

De negociação -			
.Ações	705.100	5.257.516	
De investimento -			
.Ações	584.755	735.756	
Provisão para menos-valias (Nota 25)	(450.857)	(542.050)	
	<u>838.998</u>	<u>5.451.222</u>	

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Banco detinha Obrigações do Tesouro dadas em garantia, cujo valor nominal ascendia a € 50.484.931 (Nota 23).

A reconciliação entre o valor contabilístico da carteira de títulos de investimento e o respectivo valor de mercado é apresentada na Nota 28.

O inventário da carteira de títulos é apresentado no Anexo I.

11. MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

O movimento ocorrido nas rubricas de imobilizado do Banco durante os exercícios de 2002 e 2001 foi o seguinte:

	2002				
	Saldo em 31.12.01	Fusão com a Caixa Valores	Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de estabelecimento	1.299.420	(1.149.378)	-	1.595 (100.672)	-
Sistemas de tratamento automático de dados	3.298.645	(3.176.273)	77.273	343.861 (227.242)	(433) 315.831
	<u>4.598.065</u>	<u>(4.325.651)</u>	<u>77.273</u>	<u>345.456</u> (327.914)	<u>(433)</u> <u>366.796</u>
Imobilizações corpóreas					
Imóveis:	13.273.575	(2.025.286)	-	(171.465)	-
De serviço próprio	-	28.636	-	(14.319)	-
Outros imóveis	-	-	-	-	14.317
Equipamento:	-	-	-	-	-
Móveis e material	757.322	(681.077)	35.290	4.777 (42.367)	-
Transportes	216.589	(154.705)	127.202	123.437 (101.397)	(45.587) 185.530
Equipamento informático	1.236.216	(1.106.972)	135.530	48.652 (174.911)	(181) 138.334
Instalações interiores	1.769.455	(1.554.709)	138.613	1.203 (71.708)	-
Equipamento de segurança	247.335	(243.335)	-	-	-
Máquinas e ferramentas	387.534	(323.258)	7.616	5.712 (30.397)	-
Património artístico	36.547	-	12.300	-	48.847
Imobilizado em locação financeira:	646.295	(225.009)	-	209.068 (184.976)	(80.807) 364.571
Material de transporte	18.581.268	(6.298.351)	485.187	412.849 (791.540)	(126.575) 12.262.838
	<u>23.179.333</u>	<u>(10.624.002)</u>	<u>562.460</u>	<u>758.305</u> (1.119.454)	<u>(127.008)</u> <u>12.629.634</u>
2001					
Imobilizações incorpóreas	-	-	-	-	-
Despesas de estabelecimento	1.200.118	(1.015.204)	149.699	(151.969)	(32.602) 150.042
Sistemas de tratamento automático de dados	3.432.812	(3.212.064)	128.462	(151.113)	(75.725) 122.372
	<u>4.632.930</u>	<u>(4.227.268)</u>	<u>278.161</u>	<u>(303.082)</u>	<u>(108.327)</u> <u>272.447</u>
Imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-
Imóveis:	-	-	-	-	-
De serviço próprio	13.859.294	(1.985.967)	-	(171.466)	(453.572) 11.248.289
Equipamento:	-	-	-	-	-
Móveis e material	757.375	(639.083)	10.160	(32.207)	-
Transportes	265.676	(211.540)	55.909	(48.161)	-
Equipamento informático	1.508.968	(1.408.717)	40.778	(102.411)	(78.380) 129.444
Instalações interiores	1.812.992	(1.541.901)	4.093	(51.614)	(5.824) 214.746
Equipamento de segurança	264.390	(264.045)	-	(345)	-
Máquinas e ferramentas	386.157	(293.329)	12.243	(25.022)	(373) 74.676
Património artístico	36.083	-	464	-	36.547
Imobilizado em locação financeira:	296.139	(74.035)	392.555	(161.574)	(31.799) 421.286
Material de transporte	19.186.844	(6.258.671)	516.202	(591.150)	(569.948) 12.282.917
	<u>23.819.774</u>	<u>(10.485.939)</u>	<u>794.363</u>	<u>(694.592)</u>	<u>(678.275)</u> <u>12.555.331</u>

A coluna "Fusão com a Caixa Valores" no movimento de 2002 corresponde aos saldos líquidos de imobilizado da Caixa Valores em 31 de Dezembro de 2001 (Nota 6).

14. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES**OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Aplicações em instituições de crédito no País -		
. Depósitos a prazo	26.706.476	20.885.494
. Mercado monetário interbancário	25.000.000	-
. Empréstimos	6.458.333	24.975.958
. Outras aplicações	4.986.401	4.996.743
. Títulos de depósito no Banco de Portugal	883.186	1.307.164
. Aplicações a muito curto prazo	-	3.063.656
	<u>64.034.396</u>	<u>55.229.015</u>

Os Títulos de depósito representam depósitos constituídos junto do Banco de Portugal sob forma escritural, que foram subscritos em montantes fixados pelo Banco Central, no âmbito da alteração do regime de constituição das disponibilidades mínimas de caixa que entrou em vigor em 1 de Novembro de 1994. Os Títulos de depósito podem ser transacionados no mercado monetário interbancário e vencem-se entre 2003 e 2004.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até três meses	37.859.694	8.644.035
De três meses a um ano	458.894	10.423.978
De um a cinco anos	15.729.407	16.188.300
Contas correntes e descobertos em depósitos à ordem	9.986.401	19.972.702
	<u>64.034.396</u>	<u>55.229.015</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os "Outros créditos sobre instituições de crédito" eram remunerados às seguintes taxas de juro médias anuais:

	2002	2001
Depósitos a prazo		
3,30%	4,21%	
3,58%	-	
3,58%	-	
3,32%	4,01%	
3,28%	3,76%	
-	2,50%	
	<u>64.034.396</u>	<u>55.229.015</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica "Outros créditos sobre instituições de crédito" era remunerada às seguintes taxas de juro médias anuais:

	2002	2001
Depósitos a prazo		
3,30%	4,21%	
3,58%	-	
3,58%	-	
3,32%	4,01%	
3,28%	3,76%	
-	2,50%	
	<u>64.034.396</u>	<u>55.229.015</u>

CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Crédito interno -		
. Créditos em conta corrente	12.296.918	4.397.614
. Descobertos em depósitos à ordem	20.183.835	47.899.436
. Empréstimos a médio e longo prazo	267.332	

41. CARGA FISCAL

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal já paga e a pagar relativa aos exercícios de 2002, 2001 e 2000 pode ser demonstrada como segue:

	2002	2001	2000
Carga fiscal imputada	29.900	24.000	1.374.152
Carga fiscal paga	(94.755)	(23.563)	(623.122)
Diferencial (Notas 31 e 39)	(64.855)	437	751.030

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao qual acresce o correspondente Imposto Municipal de Derrama.

Nos exercícios de 2002 e 2001, a carga fiscal do Banco corresponde à tributação autónoma em sede de IRC sobre despesas de representação e despesas com veículos ligeiros de passageiros (Nota 3. g)).

Os prejuízos fiscais apresentados pelo banco nestes exercícios são causados por correções à matéria colectável, das quais se destacam a imputação de prejuízos de participações em Agrupamentos Complementares de Empresas, o ajustamento relativo à tributação fiscal dos produtos derivados, a reposição de provisões tributadas em exercícios anteriores e a não tributação dos dividendos recebidos de participadas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Desta modo, as declarações fiscais do Banco relativas aos anos de 1998 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correções.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correção com um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.

42. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE OS LUCROS

A proporção em que o imposto sobre lucros incide sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários do Banco no exercício de 2002 é de 0,26% (0,35% no exercício de 2001).

43. INCLUSÃO DAS CONTAS DO BANCO NAS CONTAS CONSOLIDADAS DE OUTRA INSTITUIÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco são consolidadas na Caixa Geral de Depósitos, S.A. com sede na Avenida João XXI, nº 63, em Lisboa.

45. OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o montante total das operações de locação financeira ascende a € 105.127 e € 492.920, respectivamente, o qual se encontra registado na rubrica "Créditos sobre clientes" (Nota 14).

47. RESULTADOS COM EMPRESAS DO GRUPO

Nos exercícios de 2002 e 2001, a demonstração de resultados do Banco inclui os seguintes saldos com empresas coligadas:

	2002	2001
Proveitos:		
Juros e proveitos equiparados:		
Caixa Desenvolvimento	946.816	39.291
Rendimento de títulos:		
BC Ireland Limited	1.100.000	1.406.610
Comissões:		
BC Investments Ireland	45.816	47.941
BC Ireland Limited	90	101
Caixa Desenvolvimento	75	40
Caixa Valores	-	8
Outros proveitos de exploração:		
Caixa Capital	346.043	166.077
Caixa Valores	-	151.965
Custos:		
Juros e custos equiparados:		
BC Investments Ireland	239.514	21.421
Caixa Desenvolvimento	101.942	14.158
Caixa Valores	-	190.161
Comissões:		
Caixa Valores	-	138.872
Outros custos de exploração:		
Caixa Capital	24.604	19.291
Caixa Valores	-	36.388

50. PARTICIPAÇÕES E PARTES DO CAPITAL EM EMPRESAS COLIGADAS

Participações

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Participações" apresenta a seguinte composição:

	Custo de Aquisição	Percentagem de participação
Euronext N.V.	6.082.025	0,26%
Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura	3.814.246	8,42%
Provisões para menos-valias (Nota 25)	(5.028.666)	<u>4.867.605</u>

Em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica era integralmente constituída pela participação na Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestrutura.

A provisão para menos-valias em participações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 destina-se a fazer face a menos-valias latentes em participações financeiras pela Caixa Desenvolvimento (participação registada na rubrica "Partes do capital em empresas coligadas", nomeadamente as seguintes:

	3.014.235
Silvageste, SGPS, S.A.	1.858.600
Silger, SGPS, S.A.	<u>155.831</u>

A comparação entre o valor de balanço e o valor de mercado das participações directas e indirectas do Banco pode ser demonstrada da seguinte forma:

Este quadro não inclui as participações detidas pela Caixa Capital no âmbito da actividade de capital de risco, nem as participações indirectas em empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco.

Dado tratar-se de acções não cotadas e adquiridas no primeiro semestre de 2002, a provisão corresponde à totalidade do montante mínimo a provisionar apurado nos termos do Aviso nº 4/2002 (Nota 3. e)).

Os principais movimentos nas participações financeiras durante os exercícios de 2002 e 2001 foram os seguintes:

Euronext N.V. (Euronext)

Em 2002, a Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVLP) e a Euronext anunciaram uma oferta de troca das acções da BVLP pelas acções da Euronext, na sequência do processo de fusão entre as duas entidades anunciado em 20 de Dezembro de 2001.

Nesta operação, a Euronext entregou aos anteriores accionistas da BVLP 0,806475 novas acções da Euronext e € 5.83333 em dinheiro, por cada acção da BVLP. Na sequência desta operação, o Banco passou a deter, com a integração da Caixa Valores, 308.564 acções da Euronext, tendo registado uma mais-valia de € 8.048.842 (Nota 39).

Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura (CIFI)
Em resultado do acordo de accionistas celebrado em Junho de 2001, o Banco subscreveu no exercício de 2001 acções desta empresa, pelo montante de 400.000 Dólares Norte-Americanos. Em Junho de 2002, foi realizada a restante participação, no valor de 3.600.000 Dólares Norte-Americanos, pelo que em 31 de Dezembro de 2002 o Banco detinha acções correspondentes a 8,42% do capital da CIFI.

Partes do capital em empresas coligadas

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o saldo da rubrica "Partes do capital em empresas coligadas" apresenta a seguinte composição:

	2002	2001
Caixa Capital	14.575.724	14.575.724
Caixa Desenvolvimento	2.500.000	2.500.000
BC Ireland Limited	12.710	12.711
Caixa Valores	-	6.224.452
	<u>17.088.434</u>	<u>23.312.887</u>

No exercício de 2002, o Banco adquiriu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a entidades externas 65.000 e 135.000 acções, respectivamente, da Caixa Valores, correspondentes a 17,39% do seu capital social pelo montante de € 3.500.000, acrescido de despesas de transacção no montante de € 1.183.

Na sequência destas operações, o Banco passou a deter a totalidade das acções da Caixa Valores.

No segundo semestre de 2002, e após obtenção de autorização do Banco de Portugal, procedeu-se à fusão por incorporação da Caixa Valores no Banco. Nos termos do respectivo projecto de fusão, a operação foi efectuada através da transferência dos activos e passivos da Caixa Valores para o Banco pelo seu valor contabilístico, tendo produzido efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2002.

O impacto desta operação nas demonstrações financeiras do Banco foi o seguinte:

Custo de aquisição da participação na Caixa Valores:

- Acções detidas em 31 de Dezembro de 2001	6.224.452
- Acções adquiridas no exercício de 2002	3.501.183

(I) 9.725.635

Capitais próprios da Caixa Valores em 31 de Dezembro de 2001

Dividendos distribuídos aos accionistas minoritários

Resultados em 31 de Maio de 2002 relativos

às acções adquiridas (Nota 39)

(II) 9.440.615

Impacto da fusão (Nota 56) (II) - (I) (285.020)

Em 1 de Março de 2001, o Banco adquiriu ao Banco Nacional Ultramarino, S.A., 2.200.000 acções da Caixa Capital, representativas de 66,66% do capital social desta entidade, pelo montante de € 9.717.149. Em 7 de Agosto de 2001, o Banco adquiriu ao IAPMEI, 1.100.000 acções da Caixa Capital, representativas de 33,33% do capital social desta entidade, pelo montante de € 4.858.575, passando a deter a totalidade do capital da Caixa Capital.

51. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Caixa	1.846	6.408
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	<u>5.167.440</u>	<u>276.130</u>
	<u>5.169.286</u>	<u>282.538</u>

A rubrica depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituidos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

52. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Depósitos à ordem -		
. Em instituições no País	7.680.206	131.382
. Em instituições no estrangeiro	1.474.572	1.127.693
Valores a cobrar de instituições de crédito	45.000	1.780.294
	<u>9.199.778</u>	<u>3.039.369</u>

Os valores a cobrar de instituições de crédito correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores foram cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

53. ACÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Banco detinha 4.658.000 acções próprias com um custo de aquisição de € 5.999.453.

54. DÉBITOS REPRESENTADOS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica corresponde ao valor das seguintes emissões de obrigações de caixa:

	2002	2001
BCF Utilities Europa 1999/2004	36.253.379	36.253.379
PSI 20 - Rendimento mínimo		
- 1ª emissão - Março 2003	3.740.984	3.740.984
PSI 20 - Capital garantido	3.740.984	3.740.984
- 1ª emissão - Março 2003	3.740.984	3.740.984

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO (CONTAS INDIVIDUAIS)

Aos Accionistas do
Caixa – Banco de Investimento, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais do Caixa – Banco de Investimento, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais de resultados por naturezas e funções, a demonstração individual de fluxos de caixa e as respectivas notas anexas, bem como o Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, elaborámos a Certificação Legal das Contas, a qual inclui dois ênfases, sendo um relativo ao efeito da consolidação de contas e o outro ao impacto da aplicação no exercício de 2002 da nova regulamentação emitida pelo Banco de Portugal relativamente ao provisãoamento de menos-valias em participações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco vai apresentar separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002. Estas demonstrações financeiras são as que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração do Banco o nosso apreço pela colaboração restada.

Lisboa, 3 de Março de 2003

Magalhães, Neves e Associados, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2002 do Caixa - Banco de Investimento, S.A. e Subsidiárias (Banco), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de € 868.646.279 e capitais próprios de € 160.176.828, incluindo um resultado líquido de € 19.143.960, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Caixa – Banco de Investimento, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário os quais, excepto para as alterações descritas nos parágrafos 6 e 7 abaixo, foram aplicados de forma consistente com os do ano anterior, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. Conforme referido em maior detalhe nas notas 3. e) e 50, no exercício de 2002 o Banco de Portugal introduziu novos requisitos na metodologia de cálculo e constituição de pro

visões para participações financeiras. As provisões constituídas ao abrigo do novo regime ascenderam a € 5.441.740, dos quais € 274.160 foram constituídos por contrapartida de reservas, ao abrigo do regime transitório previsto no Aviso acima referido.

7. Conforme referido em maior detalhe na nota 3. g), no exercício de 2002 a Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. constituiu provisões para impostos diferentes passivos resultantes do diferimento de tributação de mais-valias no montante de € 2.281.496 (Nota 25). Ao abrigo do regime transitório previsto na Directriz Contabilística nº 28, esta provisão foi constituída por contrapartida de reservas (Nota 57).

Lisboa, 3 de Março de 2003

Magalhães, Neves e Associados, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 do Caixa – Banco de Investimento, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de € 845.619.759 e capitais próprios de € 138.531.543, incluindo um resultado líquido de € 11.387.718, as Demonstrações dos resultados individuais por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa individuais do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e para os objectivos indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual do Caixa – Banco de Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário os quais, excepto para a alteração descrita no parágrafo 7 abaixo, foram aplicadas de forma consistente com os do ano anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações maioritárias que detém encontram-se registadas ao custo de aquisição. O Banco vai apresentar separadamente contas consolidadas, que são aquelas que reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2002 consistem num aumento do activo, do passivo, dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) e do resultado do exercício nos montantes de € 23.026.520, € 1.381.235, € 13.889.043 e € 7.756.242, respectivamente.

7. Conforme referido em maior detalhe nas notas 3. e) e 50, no exercício de 2002 o Banco de Portugal introduziu novos requisitos na metodologia de cálculo e constituição de provisões para participações financeiras. As provisões constituídas ao abrigo do novo regime, no montante de € 5.028.666, destinam-se a reduzir o valor pelo qual se encontram registadas certas participações indiretas detidas pela Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. e foram constituídas por contrapartida de resultados do exercício.

Lisboa, 3 de Março de 2003

Magalhães, Neves e Associados, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

RELATÓRIO DE AUDITORES (CONTAS INDIVIDUAIS)

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração do Caixa - Banco de Investimento, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Caixa – Banco de Investimento, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço

consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Caixa – Banco de Investimento, S.A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário os quais, excepto para as alterações descritas nos parágrafos 4 e 5 abaixo, foram aplicados de forma consistente com os do ano anterior.

4. Conforme referido em maior detalhe nas notas 3. e) e 50, no exercício de 2002 o Banco de Portugal introduziu novos requisitos na metodologia de cálculo e constituição de provisões para participações financeiras. As provisões constituídas ao abrigo do novo regime ascenderam a € 5.441.740, dos quais € 274.160 foram constituídos por contrapartida de reservas, ao abrigo do regime transitório previsto no Aviso acima referido.

5. Conforme referido em maior detalhe na nota 3. g), no exercício de 2002 a Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. constituiu provisões para impostos diferentes passivos resultantes do diferimento de tributação de mais-valias no montante de € 2.281.496 (Nota 25). Ao abrigo do regime transitório previsto na Directriz Contabilística nº 28, esta provisão foi constituída por contrapartida de reservas (Nota 57).

Lisboa, 3 de Março de 2003

RELATÓRIO DE AUDITORES (CONTAS INDIVIDUAIS)

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração do Caixa - Banco de Investimento, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Caixa – Banco de Investimento, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações dos resultados individuais por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa individuais do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e para os fins descritos no parágrafo 4 abaixo, a posição financeira individual do Caixa – Banco de Investimento, S.A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário os quais, excepto para a alteração descrita no parágrafo 5 abaixo, foram aplicadas de forma consistente com os do ano anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

4. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações maioritárias que detém encontram-se registadas ao custo de aquisição. O Banco vai apresentar separadamente contas consolidadas, que são aquelas que reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2002 consistem num aumento do activo, do passivo, dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) e do resultado do exercício nos montantes de € 23.026.520, € 1.381.235, € 13.889.043 e € 7.756.242, respectivamente.

5. Conforme referido em maior detalhe nas notas 3. e) e 50, no exercício de 2002 o Banco de Portugal introduziu novos requisitos na metodologia de cálculo e constituição de provisões para participações financeiras. As provisões constituídas ao abrigo do novo regime, no montante de € 5.028.666, destinam-se a reduzir o valor pelo qual se encontram registadas certas participações indiretas detidas pela Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. e foram constituídas por contrapartida de resultados do exercício.

Lisboa, 3 de Março de 2003

Extracto da Acta da Assembleia Geral

Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e três, pelas quinze horas, na sede social, reuniu, devidamente convocada, a Assembleia Geral de Accionistas do Caixa-Banco de Investimento, SA. (...)

(...) Foi então colocado à votação o relatório de gestão e as contas respeitantes ao exercício de 2002, bem como o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa colocou à discussão a proposta de aplicação de resultados constantes do Relatório e Contas (...), foi a proposta colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. (...).



GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Caixa - Banco de Investimento, S.A.

Rua Barata Salgueiro, 33 - 1269-057

Contribuinte nº 501 898 417

Capital Social 81 250 000

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob nº 67081, fls 756 do Livro C-168